

ESCOLA informação

N.º 271, JAN. FEV. 2016, MENSAL - 0,50€

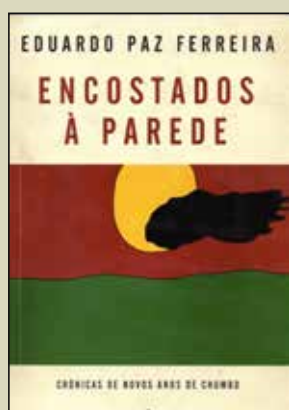
CURSOS CIENTÍFICO- HUMANÍSTICOS

CURSOS PROFISSIONAIS

100 ano

Cursos Profissionais, porque não?

LEITURAS



Ferreira, Eduardo Paz
Encostados à Parede:
Crónicas dos Anos
de Chumbo,
 Quetzal, Lisboa, 2015

Segundo o semanário liberal britânico *The Economist*, vive-se atualmente uma situação caracterizada como “de riqueza sem trabalhadores e de trabalhadores sem riqueza”. Esta epígrafe de Eduardo Paz Ferreira ao seu livro significativamente intitulado ‘Encostados à Parede’, não surge por geração espontânea, mas mergulha as suas raízes no passado. Ao contrário dos europeístas acríticos, o autor defende que a atual União Europeia (UE), fundada em 1957 como Comunidade Económica Europeia (CEE), não começou bem. De facto, nessa

data, para alguns tão gloriosa, Pierre Mendès France votou no Parlamento Francês contra a formação do mercado comum por considerar que este representava a afirmação do domínio da Europa Económica sobre a Europa Social, com o risco da democracia na CEE se tornar cada vez mais formal com a entrega do poder de decisão sobre as questões económica e socialmente relevantes a comités de peritos não submetidos a nenhum controlo democrático dos cidadãos europeus.

A evolução da CEE e a sua transformação em UE confirmou que estava certo. Basta pensar que hoje o ECOFIN, que reúne os ministros das Finanças da União Europeia, não passa de um grupo *ad hoc*, não previsto nos tratados e não submetido ao controlo do Parlamento Europeu, que, com o beneplácito da Comissão Europeia em que se destacou Durão Barroso, impõe as suas teses e políticas austeritárias que estão realmente a ‘encostar à parede’ a Europa e, com ela, Portugal. Até Jacques Delors é obrigado a admitir numa espécie de *mea culpa* que “falhou o passo seguinte, que era o passe social” (p. 155). O agravamento das desigualdades sociais e económicas, que o “austericídio” em curso tem reforçado em todos os países que integram a UE, confirma-o, apesar de existir uma Carta Social de Direitos que, porém, não tem nenhum poder vinculativo, se a compararmos com as três liberdades imperantes: de circulação de mercadorias, de serviços e de capitais. Digo três liberdades, já que a quarta, a liberdade de circulação de pessoas, está a ser cada vez mais restringi-

da por um estado de emergência que ameaça tornar-se permanente em alguns países fundadores da CEE, após os atentados de 13 de Novembro em Paris.

Eduardo Paz Ferreira tem razão quando afirma que “a Europa do Estado Social está cada vez mais próxima da profecia de *The Economist*”. Já há alguns anos profetizava também o historiador Jacques Le Goff que as tão elogiadas cidades capitais da cultura estão repletas pelos “cadáveres dos vencidos da exclusão” (p. 136), ao mesmo tempo que – afirma o autor de ‘Encostados à Parede’ – “a atual narrativa é a dos ricos e poderosos” (p. 135), restando apenas às ‘pauvres gens’ os efémeros momentos de glória alienante dos ‘reality shows’. Entretanto, a obsessão securitária e o afluxo de refugiados fortalece cada vez mais os defensores de uma ‘Europa-Fortaleza’ cada vez mais xenófoba e refém de uma extrema-direita que não para de crescer nos países ricos do centro e do norte da Europa. A alternativa a esta miséria social e política passa necessariamente por construir uma Europa solidária, retomando a ideia de ‘Casa Comum’ europeia de Gorbachev. Mas isso implica, como defende o autor, uma Europa com dimensão social e política, que deverá possuir “um orçamento central apto a assegurar a harmonização do crescimento” (p. 137), e que devolva o poder concentrado nas chancelarias aos cidadãos europeus, concebidos não como cidadãos passivos, mas como cidadãos ativos na construção do próprio destino. ■

Joaquim Jorge Veigunha

Navegar é preciso

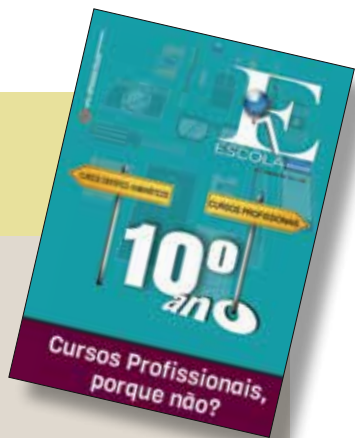
A eleição de Marcelo Rebelo de Sousa como novo Presidente da República representa um sério aviso para todos aqueles que, como nós, acreditam ser possível uma inversão de rumo, no plano político, relativamente à deriva neoliberal que nos últimos anos assolou o país. Mostra que a realidade é bem mais complexa que a ficção e que qualquer mudança exige comprometimento, capacidade de organização e grande unidade de ação em torno dos objetivos comuns.

E o que é verdade para a política nacional não deixa de o ser no sector educativo. O novo ministro da Educação já deu importantes sinais de mudança relativamente a várias matérias. Mostrou seriedade e empenho ao desbloquear o financiamento do ensino artístico especializado, eliminou os exames do 4.º e 6.º anos e reintroduziu as provas de aferição, suspendeu a “PET” de Inglês, anunciou o fim das chamadas bolsas de contratação de escola (BCE) - o que permitirá terminar com a arbitrariedade das colocações a este nível - e enterrou de vez a Prova de Avaliação de Conhecimentos e Capacidades (PACC), de má memória. Avançou ainda com o objetivo de revalorizar os currículos, que foram gravemente decepados durante o consulado de Nuno Crato, ajustando pelo caminho cargas horárias excessivas e prometendo, por outro lado, diminuir o número de alunos por turma. Sabemos bem que tudo tem o seu tempo e que libertar a estrada das enormes crateras que durante anos a enxamearam em resultado do plano de destruição da escola pública do anterior governo é condição necessária para a percorrer em segurança. Mas as grandes questões da Escola Pública e do exercício da profissão docente são cruciais para definir a profundidade, o ritmo e a qualidade da mudança. As decisões até agora tomadas pelo ministro da Educação são, como já referi, importantes, mas nada de profundo mudará na Escola Pública se não forem ouvidos – como parceiros efetivos de mudança – os professores (nomeadamente através dos seus sindicatos), os pais e as escolas.

Por outro lado, uma coisa são as medidas que resultam da vontade política do Governo e do ministro da Educação, outra coisa é o comprometimento e empenho dos professores, pais e escolas para uma verdadeira mudança. Não basta um novo ministro com vontade de mudar o “estado das coisas”. É indispensável que a prática das estruturas do ME, nomeadamente as Direções Gerais e as Direções de Serviços, estejam em consonância com o discurso político que é produzido pelos responsáveis máximos do Ministério.

Precisamos de uma Escola Pública que garanta uma verdadeira igualdade de oportunidades, que reconheça e dignifique o trabalho dos seus profissionais e que coloque a qualidade do ensino no topo dos seus objetivos. Precisamos de um Ensino Particular e Cooperativo, na sua importante função de complementaridade do Ensino Público, que dignifique a profissão docente, em matéria de contratação e condições de trabalho. Precisamos de um Ensino Superior e de uma Investigação dotados de autonomia e financiamento adequados.

Precisamos de um novo rumo. E tal só é possível com o nosso esforço (no plano do trabalho, da luta e da negociação) enquanto educadores, professores e investigadores. ■



2 Sugestões

3 Editorial

5 Dossier

Ensino Profissional

21 Cidadania

A obsessão securitária da Europa fortaleza

23 Reportagem

Jardim de Infância dos Anjos
- Uma história de multiculturalidade e descoberta mútua

26 Escola/Professores

- 26. Stress ocupacional, doenças profissionais e o papel das comissões de SST
- 27. Ensino Artístico Especializado
- 28. Novas regras para as reformas antecipadas?
- 29. Departamento de Professores e Educadores Aposentados
- 30. 2º Congresso Maria Lamas

31 Aos Sócios

35 Consultório Jurídico

Modalidades de horário: meia jornada

O que significa “ter sucesso” quando se anda na Escola?

Creio ser necessário evitar duas conceções que nos fechariam em horizontes estreitos e deformantes: considerar a escola uma obrigação a cumprir do modo mais “leve” possível – a escola como espaço de felicidade – sem cuidar das aprendizagens necessárias à realização pessoal e à futura integração no mundo do trabalho e na sociedade, ou limitar a escola a uma máquina reprodutora de conhecimentos, tidos como bons e indispensáveis, a comprovar em múltiplos exames e avaliações.

Ter sucesso na Escola é ganhar gosto e hábitos de estudo e de trabalho. Gosto pela novidade, pela exigência, pelo saber, pela busca de novos horizontes, de novas soluções.

Ter sucesso na escola é desenvolver também a sociabilidade, a afetividade, a inteligência. Escola que se preze avalia-se com rigor, questiona-se, corrige-se. Procura criar uma real igualdade de oportunidades que contribua, tanto quanto possível, para a justiça social. Os exames estão longe de ser o processo mais interessante e adequado de avaliação do trabalho desenvolvido na Escola. O bom uso de exames pode ajudá-la, mas o culto sagrado dos exames não faz a Escola progredir: condu-la à estagnação e ao conservadorismo. Usados à moda de Crato, os exames são o caldo de cultura de uma escola de retrocesso, de mera reprodução de conhecimentos. Felizmente, parece que há quem aposte em novos e mais ricos caminhos. Vamos construí-los? ■

António Avelãs

Cidadania

A obsessão securitária da Europa fortaleza

PÁGINA
21



Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO N.º 271 janeiro 2016

Ensino Profissional

■ O Ensino Profissional é aqui abordado de diferentes perspetivas. Desde perspetivas teóricas e críticas/propositivas a exemplos muito práticos. Do testemunho pessoal a entrevistas coletivas. Abarcando ainda diversificadas situações e formas de concretização.

Exemplos concretos que talvez confirmem a ideia, expressa no texto que abre o Dossier, de que “não é através de soluções englobantes, nem a outras a elas redutíveis, que a unidade da escola se constrói”. ■

Ousadia e sensatez Esteios de um contributo

• **Almiro Lopes**

|Professor Aposentado|

Um ponto que merece ser introdutório: sugerir, desde logo, a ideia de que a educação tem uma história e, conjuntamente associada, uma historicidade que a examina e interpela na sua irrealizável completude. Afinal, uma ação dialógica, em definitivo dispersante, que se vai tecendo na caminhada própria do tempo, esboçando e desenhando forçosos e urgentes futuros. A história entusiasma a humana compreensão, sem dúvida, mas não conduz a um completo entendimento que satisfaça a sua humana paixão. Tendo presente esta convivência improvável, nem sempre virtuosa, entre a história que se estuda e a peregrinante historicidade que a acompanha, o trabalho educativo dá-se na dependência de um incessante e paradoxal movimento que, escapando-lhe, não deixa de ser inspirado por ele e pela sua desmedida pretensão. O modelo escolar há muito inventado, na ilusão de alcançar um todo e perfeito traçado, caracterizado pela sua homogeneidade, mostra-se, afinal, decrépito ante as necessidades multifacetadas do mundo de hoje.

Tendo uma história, a educação torna-se, sobretudo, histórica ao ser confrontada com o inquietamento deste lado pungente do seu disputável curso. Deste jeito, a história vai-se empreendendo na incerta deslocação desse compósito movimento, sempre social, político e antropológico, singularmente marcado hoje, é bom lembrar, pela extensão e invasão do tecnológico. Com particular ressonância social e humana sobre o trabalho e o emprego, esta

incursão exuberante do tecnológico interpela profunda (e exigentemente) a esfera da educação e da formação. Pelas múltiplas transformações que proporciona e suscita, assim como, é sensato assinalar, pelo culto egotista que assiste muitas dessas mudanças e conversões.

Para quem viveu os primórdios do Ensino Profissional com estranha energia e motivação, num tempo enlevado seguramente por uma não despicienda dose de credulidade avivada pelos excessos do entusiasmo, discorrer sobre o tema não é simples. Porventura, até um pouco doloroso perante as incertezas hoje reconhecidas, associadas a outras mais recentes. Estas, seguramente mais incontroversas, resultantes da apressada e desconcertada inclusão generalizada do Ensino Profissional na Escola Pública, em especial fruto dos seus impactos dinamicamente contraditórios. A organização pedagógica vital ao seu escoramento não foi acautelada e a (in)formação dos agentes escolares foi notoriamente menosprezada. Neste domínio, importa aqui focar em particular o que se relaciona com a reflexão impreterível dos currículos, da sua construção modular e, principalmente, sobre os modos de ensinar, de aprender e de avaliar a inovação proposta, num contexto tradicionalmente rígido, cativo de uma cultura pouco dada à flexibilidade e à formatividade das aprendizagens. Relembre-se que, no final dos anos 80, as Escolas Profissionais surgiram impulsionadas pelo Estado, em concerto com parceiros locais ou setoriais, no sentido de corporizar um projeto de diversificação de educação/formação, inscrevendo em si modalidades

de aproximação ao mundo do trabalho e comportando estas, de certo modo, dispositivos lógicos e coerentes de inserção social e profissional. O carácter privado assumido pelo subsistema do Ensino Profissional, associado ao universo restrito de jovens por ele abrangidos, a par da segmentação institucional que o acompanhou, originaram fundadas apreensões no domínio da gestão e reestruturação do Ensino Secundário público, designadamente no que concerne às formações escolares que lhe eram equivalentes. Ainda assim, seriamente crítico a um inábil modelo escolar pontuado pela espartana homogeneidade, firmei-me na crença – porventura ingénua - da possibilidade da multiplicidade, da mudança e do futuro reforço exequível de um espaço público de educação através de novos arranjos institucionais que o avigorassem. A inclusão do Ensino Profissional na Escola Pública regular obrigava a cinzelar a homogeneização do sistema que interditava, do meu ponto de vista, a abertura à diversidade (e que desta forma o tornava excludente), assim como se mostrava incapaz de se organizar diferentemente. Logo, condicionado, ou mesmo incapacitado de levar por diante a produção de projetos educativos harmonizados com as necessidades e os anseios mais imediatos dos jovens e das suas famílias.

Acreditei que a defesa, que sempre adotei, de valorização da educação pública, poderia passar por processos desta natureza, promovendo a inovação e a experimentação, devidamente avaliadas e dignificadas de modo a não acentuar os fatores de discriminação e de desigualdade, promovendo,

isso sim, dinâmicas renovadas de coesão social. A convincente percepção da inaptidão da Escola Pública regular para acolher o lado atribulado e duro do desafio profissionalizante era evidente, face à incomum dificuldade de tecer a familiaridade desejável com essa inadiável e urgente hospitalidade. A premência de colocar no centro das preocupações escolares o sucesso desse projeto/ação formativa e a reclamada responsabilidade política, social e pedagógica daí decorrente, tonificou a convicção pessoal da necessidade de repensar o espaço público da educação, aceitando e nele inscrevendo outras responsabilidades, atores e instâncias sociais. Sempre tive a expectativa que os bons auspícios das Escolas Profissionais - e do Ensino Profissional - entrassem na Escola Pública carregando para o seu interior a riqueza da experiência inovadora daquelas escolas, assim como a confiável autonomia e as necessárias condições, de recursos e liberdade, para o seu cabal e responsável exercício.

A incorporação do Ensino Profissional, no âmbito público da formação escolar, pressupõe um olhar diferente, acompanhado de uma vontade política e institucional, racionalmente arquitetada, que espelhe, reflita e se baseie na realidade concreta dos jovens e dos seus contextos próximos, de modo a trabalhar um sentido de (trans)formação explicitamente objetivado, tendo como referencial de aproximação um cenário socialmente claro, conhecido e reconhecido. É, deste modo, imperioso saber quem somos, onde estamos e o que podemos fazer e reclamar. Retrocedendo ao delicado tema da incorporação acima referido, importa aqui reiterar a minha convicção de que não é através de soluções englobantes, nem a outras a elas redutíveis, que a unidade da escola se constrói. Pelo contrário, ela desenha-se pelos traços de verdade, coerência e consistência do seu projeto de proximidade e integrador da diversidade.

Tenho perfeita consciência de



que se vive um tempo em que o pensamento antes exposto, embora condensado e despretenso, se mostra um tanto ou quanto paroquial, quando não genuinamente cândido. As atuais dinâmicas de globalização (ou das globalizações) trazem consigo os seus congênitos influxos e os Estados, e sobretudo os seus cidadãos, mais ou menos comodamente instalados, apercebem-se como meras instâncias mediadoras de orientações que, em maior ou menor grau, lhes escapam. A europeização, nosso braço próximo dessa ou dessas globalizações, vai assim fixando as nossas agendas e prioridades e, com clareza, estabelecendo as linhas políticas para a educação/formação com o propósito de animar, afinal de contas, a competitividade económica e de ampliar assim as oportunidades de acumulação capitalista, de acordo com engenharias ajustadas de regulação social e ideológica.

Assim sendo, o distanciamento, que o tempo vem alongando, sequestrou a inteireza da entrega e, daí, a conseqüente ressignifica-

ção contextualizada dos possíveis e das prioridades, por ora aqui exposta um tanto ou quanto remissa. Certo é que o vigorante e dogmático artifício da empregabilidade, ao liquefazer o direito à educação com a atual marcha do tempo político, hospedou em seu lugar uma suspeitosa necessidade de reação ao afazer profissional, decretando um caminho perverso de preceituada obrigação de se merecer um emprego. O valor da cidadania educativa não pode deixar de ser aqui invocado, e quiçá reinventado, como um rumo a observar neste quadro de análise ideologicamente concorrido e, por conseguinte, exposto a influências contrastantes por parte de diferentes e múltiplas perspectivas, grupos e sectores sociais. Nesta atmosfera progressiva de adesão imponderada à fragilização da cidadania a favor do jugo da empregabilidade, os futuros possíveis têm vindo a ser forçados a deslocarem-se para acessos duvidosos, estreitamente bitolados e selecionados. É onde nos encontramos. Lamentavelmente. ■

Considerações sobre os Cursos Profissionais

• **Francisco Gonçalves**

Aggrupamento de Escolas Romeu Correia, Feijó

Entendendo que uma política educativa democrática só pode visar o desenvolvimento pleno do indivíduo, nomeadamente a sua capacidade de pensar criticamente e preparar cada um para o livre exercício da cidadania, importa determinar modelos que tal promovam.

A tradição aconselha a que o processo educativo parta de um tronco comum para, com o tempo, e em função dos interesses e das capacidades de cada um, se permitir a descoberta e o desdobramento dos múltiplos ramos do saber.

É incontestável que tudo pode concorrer para o bom funcionamento da sociedade e para a realização do indivíduo. Bastará lembrar o exemplo do filósofo Espinosa, que ganhou a sua vida polindo lentes, para verificarmos que nem há incompatibilidade entre o trabalho manual e o intelectual. Serve isto só para defender que a opção por um curso profissional não pode ser vista como a assunção de um estatuto de menoridade a qualquer nível.

A prática dos cursos profissionais nas nossas escolas públicas fica, contudo, muito aquém do que dela se poderia esperar. Permitindo, a quem conclua o ciclo do 10º ao 12º anos, a obtenção de um certificado de qualificação de nível IV, constitui-se, também, como uma forma de acesso aos cursos de qualificação de nível V minis-

trados nos Institutos Politécnicos. O acesso ao ensino superior, fora desse âmbito, fica condicionado à realização de exames nacionais às disciplinas de português e de outra dos vários cursos científico-humanísticos. Facilmente se compreenderá como será difícil, aos alunos que a tal se propõem, a obtenção de sucesso nestes exames a disciplinas diversas das que integram os seus currículos. Possibilitar aos alunos dos cursos profissionais, que queiram ingressar numa universidade, alguma permutabilidade entre as suas disciplinas da componente sociocultural e as disciplinas dos cursos científico-humanísticos, poderia ser hipótese a considerar. De qualquer modo, a escola onde os cursos profissionais estão sediados não pode deixar de oferecer condições para que todos os seus alunos possam ter sucesso nos exames a que o sistema de progressão no ensino obriga.

Um outro aspeto importante a reter é a responsabilidade que na prática impende sobre o diretor de curso/diretor de turma no processo de seleção dos locais de estágio. Sendo estes professores quem faz a maior parte dos contactos com as diversas instituições e empresas onde os alunos vão cumprir as 600 horas de formação em contexto de trabalho exigidas, acabam por ser eles a determinar em que locais e sob que tutores os seus alunos vão ter de estar. Não seria exigível que tais instituições, assim como tais tutores, estivessem

sempre, e em primeiro lugar, credenciados e referenciados pela tutela? Será que foi pensado o número de contactos a que estes professores se obrigam antes de avançarem, em consciência, com uma proposta? Foi determinado o esforço necessário aos diretores de curso/diretores de turma para o acompanhamento que é preciso fazer aos alunos nos diversos locais de estágio? Basta lembrar que muitos destes cursos estão destinados ao apoio a idosos, a crianças ou a doentes para que se compreenda a preocupação dos professores pelas múltiplas ocorrências imprevistas que daí possam advir, dada a diversidade das situações de estágio. Importa, igualmente, frisar que quer o trabalho de acompanhamento de estágios quer todo o trabalho que tem de ser feito de orientação pedagógica das Provas de Aptidão Profissional (PAP) – e a pesada teia burocrática que envolve tudo isto –, não surgem contemplados nas horas da componente letiva.

A rever, também, será o modo de constituição dos júris das PAP. Mais uma vez o que a prática demonstra é que cabe aos professores o terem de pedir a profissionais reconhecidos, nas diversas áreas, que disponham gratuitamente do seu tempo para que venham às escolas integrar os referidos júris. Não fosse a capacidade diplomática dos professores, e o respeito que conseguem granjear junto da comunidade, muitos alunos estariam ainda a esperar que os júris para as suas provas se constituís-

sem ou se dignassem aparecer no dia e hora aprazados. Seria bom que a constituição, credenciação e retribuição deste serviço, que pessoas alheias à escola são chamadas a fazer, fosse pelo menos reapreciado.

Por último, importa atender às dificuldades levantadas aos alunos em termos de deslocações

e alimentação. Nem sempre os estágios – que não são remunerados - ficam junto às escolas e nem sempre os estagiários podem recorrer às cantinas escolares. Será este, por certo, um modo de fornecer formação profissional a muitos alunos, mas se o Estado pode poupar em termos de custos estes acabam por ser pesados

quer para os alunos quer para os professores. Dotar as escolas de espaços convenientemente apetrechados (em concreto, e entre outros, oficinas e laboratórios) para o desenvolvimento dos cursos, seria talvez a condição primeira para o seu sucesso.■

Regresso ao ensino vocacional em Portugal

A economista Sónia Oliveira, através do Institute Policy Thomas Jefferson - Correia da Serra, divulgou um estudo, datado de junho de 2105, a que deu o título de "Regresso ao ensino vocacional em Portugal" (1).

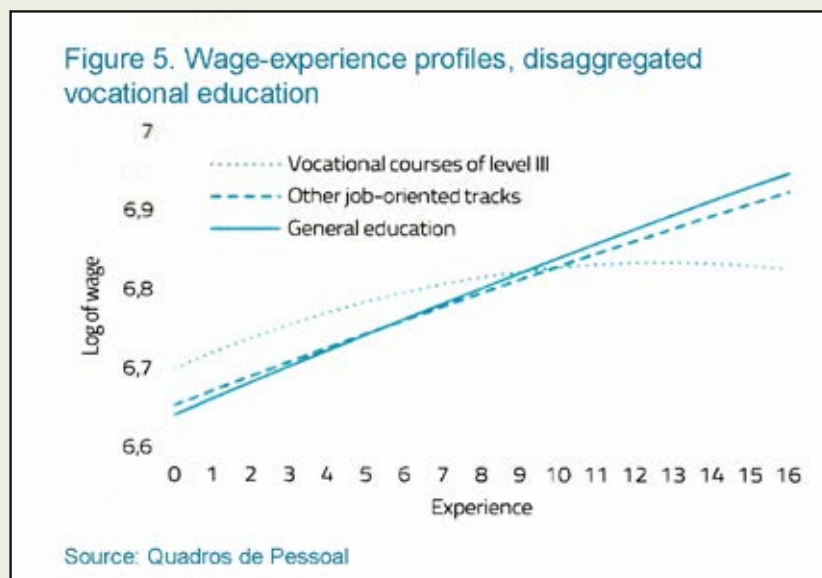
Numa primeira parte, a autora apresenta a cronologia das diferentes tentativas de reintroduzir o ensino vocacional/profissional após a "unificação" dos cursos (acabando com a distinção entre vias liceais e ensino técnico) construída a partir de 1974. Processo que a autora reconhece ter sido lento e difícil, com o fracasso das várias apostas nos anos de 70 e 80, mas que se foi afirmando após a segunda metade da década de 80, de tal modo que atualmente cerca de 40% dos estudantes do ensino secundário frequentam cursos de natureza profissional.

A novidade deste estudo são os dados sobre a inserção dos jovens oriundos destes cursos profissionais no mercado de trabalho. Nele se conclui que numa primeira fase, aquando da entrada no mercado de trabalho, estes jovens têm mais facilidade em empregar-se e ganham mais do que os provenientes do ensino re-

gular. Mas é uma vantagem que depressa se desfaz. Segundo a autora, após os primeiros 8 anos (em média), passam a ganhar menos e a discrepância vai-se acentuando ao longo dos anos. Situação que se verifica nos vários países comparados (*ver quadro*), embora com dimensões variáveis. Nota-se ainda que os oriundos das vias profissionais têm maiores dificuldades em atingir lugares de chefia e em adaptar-se às permanentes novidades tecnológicas do mercado de trabalho. Por outro lado, o acesso destes jovens ao ensino superior é relativamente raro.

Analisando as reformas mais recentes em Portugal, a economista considera que as Novas Oportu-

nidades tiveram pouco ou nulo impacto junto dos empregadores, sobretudo pela falta de credibilidade dos diplomas atribuídos. Quanto ao "ensino dual" em curso, sublinha que o seu eventual sucesso depende da correta identificação das necessidades económicas de um local - o que obriga a uma coordenação entre as escolas e as empresas -, da abertura de vias que permitam a continuação para o ensino superior e da credibilização da opção pelas vias profissionais, que terão de ser entendidas pela sociedade como da mesma dignidade das vias regulares de ensino.■



(1) Consultável em

www.spgl.pt - versão em inglês

Escola Secundária Marquês de Pombal Impõe-se valorizar os cursos profissionais

• **Lígia Calapez**

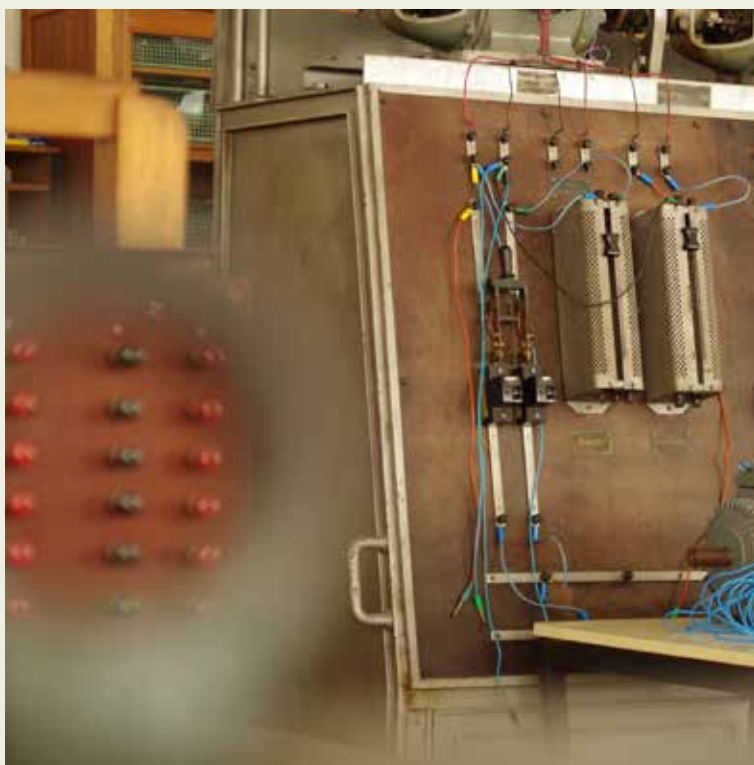
Jornalista

Como se desenvolve o trabalho com os alunos dos cursos profissionais na Escola Secundária Marquês de Pombal? Que estratégias são utilizadas para obter sucesso, numa escola que aparece nos últimos lugares dos rankings, mas que, apesar das múltiplas dificuldades, consegue levar muitos dos seus alunos (“que noutras escolas nem entram”)

à conclusão dos cursos?

Foi em torno destas e de outras questões que se desenrolou o diálogo com Maria Delfina Ferra, professora de Física e Química, Teresa Afonso, da Área de Eletrotécnica, e Júlio Oliveira, professor de Informática (neste momento a lecionar nos cursos vocacionais). Um diálogo de que ressaltou uma ideia partilhada: impõe-se valorizar os cursos profissionais.

Os cursos profissionais não são para alunos mais fracos



Maria Delfina Ferra - Pensa-se que os cursos profissionais são direcionados para alunos, ou que têm um fraco nível económico, resultados escolares fracos ou várias repetências. Mas nós temos tido aqui na escola alunos que fizeram o seu percurso normal e que vieram por opção deles ou opção dos pais. Embora seja uma minoria. Numa boa turma que tive o ano passado, alguns alunos tinham vindo para o curso profissional de Mecânica por opção – e não por ser uma segunda ou a última escolha, como muitas vezes se pensa que os cursos profissionais são.

Temos tido algumas turmas fracas, onde os resultados escolares não são famosos – vão fazendo o seu curso mas com alguma dificuldade. Mas também temos tido

alunos bons. Que se candidatam ao exame nacional e conseguem entrar no Técnico. São uma minoria. Mas têm conseguido.

Teresa Afonso - Enquanto a sociedade não valorizar os cursos profissionais, não valorizar um carpinteiro, um mecânico, um electricista, não há volta a dar. Parece que regredimos. Voltou-se à escola industrial, aos serralheiros, aos mecânicos, que eram vistos como os que não tinham acesso ao liceu...

O curso profissional não pode ser visto como para pessoas menos capazes. Não é. Pelo contrário. A estrutura modular é exigente. Eu falo, por exemplo, da área técnica. Eles têm 3-4 disciplinas, 15 módulos, X aulas por cada módulo. Muito mais complicado que

no ensino regular, que é por períodos. No profissional, em cada 20 ou 30 horas, os alunos têm que ter positiva. Quando estão doentes, têm que compensar. Até nós, professores.

É um curso exigente. E depois é desvalorizado. É uma contradição.

Situações de desvantagem fazem a diferença

Maria Delfina Ferra - Em escolas que estão inseridas noutros ambientes socioeconómicos, os jovens têm um apoio familiar e, portanto, as classificações obtidas são o resultado do trabalho desenvolvido na escola, que tem o seu valor com certeza, mas também do trabalho que é feito



com o explicador, ou com o apoio dos pais em casa. E uma percentagem elevada desses alunos tem um trabalho de retaguarda que naturalmente vai melhorar os resultados escolares. Que os nossos alunos não têm.

Por outro lado, os nossos alunos que, fazendo o seu percurso e terminando o curso profissional querem prosseguir estudos, vão fazê-lo numa situação de desvantagem. Porque a aprendizagem que aqui têm não cobre a totalidade dos programas que são exigidos a nível nacional. Se falarmos da Física ou da Matemática, que são duas disciplinas que eles procuram muito para se candidatarem ao Técnico – a Física tem um programa no profissional que é limitado comparado com o que é exigido no ensino regular, a Matemática a mesma coisa.

Eu costumo dizer aos meus alunos, aos que têm a ambição de entrar no Técnico, que eles levam daqui uma ferramenta importante – que é a parte prática, que (depois de entrarem no Técnico) lhes dá um desembaraço, um à vontade para trabalharem as disciplinas. Mas têm uma entrada extraordinariamente dificultada. Porque vão estar em pé de (des) igualdade para fazer os exames nacionais. É um presente enve-

nenado. O ME, quando criou os profissionais, deu-lhes a possibilidade de entrarem para o superior. Mas vão em desigualdade.

Fazer “das tripas coração”

Maria Delfina Ferra – Em termos de sucesso escolar, tenho tido experiências muito variadas. Turmas onde os resultados são fracos. E é com esforço e com trabalho continuado que se consegue que os alunos realizem os módulos. E muitos perdem-se pelo caminho. Como tenho tido turmas onde o sucesso é dos 80%. Perdem-se 2 ou 3 alunos, mas os outros conseguem fazer o 10º, 11º e 12º.

Teresa Afonso – Os jovens que frequentam os cursos profissionais da Marquês de Pombal vêm de locais muito díspares – desde as linhas de Sintra e Cascais, a Odivelas, Sacavém, Sesimbra, Setúbal. Nalguns casos “empurrados” de outras escolas, por motivos de comportamento ou insucesso. Noutros, por opção – pela oferta educativa ou por conhecerem o nome da escola.

O 10º ano é um ano fundamental. É onde se regista o maior aban-

dono escolar. O início é sempre o mais difícil. E aqui notou-se particularmente esta crise económica. Notou-se ao nível do abandono. Foi o caso, por exemplo, de umas meninas de Cabo Verde que não tinham dinheiro, nem para comer (aí a escola garantia o almoço e pequeno-almoço gratuitos), nem para o passe. Não tinham módulos em atraso e abandonaram estudos no 12º ano. E como estes há muitos outros que nós desconhecemos – e noutras escolas, claro. Os que ficam, depois do 10º ano, o sucesso é significativo.

Júlio Oliveira - Nós fazemos o que se pode dizer “das tripas coração”. Desde falar com os alunos, a ver se os convencemos a chegarem a horas, a virem à escola, a fazerem alguma coisa em sala de aula. É convencê-los a fazer qualquer coisa. E conseguir que o máximo do trabalho seja feito no espaço de aula. Porque estes cursos têm uma carga horária bastante grande. O aluno entra para cá às 8h30 da manhã e sai normalmente por volta das 18h. São 35-40 horas por semana na escola. Portanto, mesmo que se mande fazer qualquer coisa depois, é difícil, porque ele, quando chega a casa, já não tem vontade de fazer nada.

Entretanto, no profissional há muitos alunos que são casos de sucesso - são alunos que vêm por opção.

Uma boa relação – a melhor das estratégias

Maria Delfina Ferra – Criar uma boa relação é extraordinariamente importante, é um ponto-chave para que a turma funcione. Uma relação com algum afeto, uma relação de simpatia. Eu tento ir por aí. E a partir do momento em que o ambiente está estabilizado e em



que já há uma relação na turma em que todos nos sentimos bem, aí é o momento de avançar para explicar a matéria, fazer fichas, fazer trabalho prático – de que eles gostam, e depois recorrer também às imagens e aos vídeos, que são apelativos.

Penso que o ponto fulcral – para além do ensino da matéria – é a relação que se estabelece com a turma.

Teresa Afonso – Sim. O mais importante é conseguir cativá-los. Porque – e voltamos outra vez a falar no acompanhamento que eles não têm – há matérias em que, ou tentamos mesmo orientá-los ou eles, sozinhos, perdem-se. É uma questão de nos dedicarmos à causa. Estar com eles a trabalhar mesmo, no terreno. O trabalho é deles – mas nós vamos orientando ou dando sugestões. Ou seja – têm que ter um

acompanhamento muito grande. O acompanhamento que muitas vezes os outros têm em casa. O nosso trabalho é a duplicar. Não é fácil. E penso que nós, ainda assim, conseguimos fazer um bom trabalho.

Júlio Oliveira – É o que eu costumo dizer – 10 mm de aula e o resto é falar com os alunos. Transmitir comportamentos. O mais importante é chegar a eles. É sermos amigos, mas com autoridade. É compreendê-los, eles fazem-nos compreender, dizer que há determinados valores a

que têm que corresponder.

Apesar do número de alunos que pode não chegar ao fim – penso que, pela qualidade dos alunos que aqui entram e daqueles que saem, nós somos uma escola de sucesso. Conseguimos levar muitos até à conclusão dos cursos. Alunos que, noutras escolas, nem entram.

Estágios – uma história de sucesso

Maria Delfina Ferra – No que diz respeito a estágios, a minha experiência é unicamente como diretora de turma. Vou seguindo o trabalho que é desenvolvido pelos orientadores de estágio. Normalmente são os professores da área técnica que fazem o acompanhamento de estágio, a procura da empresa, o contato com a empresa, levam o aluno e

vão regularmente dando apoio ao estágio durante o período em que o jovem lá está. E depois, no fim, tenho o feedback e vou acompanhando o percurso.

Em termos globais, tem corrido bem.

Aliás, o que se verifica é que estes alunos - apesar das dificuldades, nomeadamente em realizar os módulos em algumas disciplinas, e alguns problemas comportamentais – quando chegam ao estágio transformam-se. O estágio, para eles, é um trabalho e, portanto, alguns jovens que aqui têm um ou outro problema de saber estar, quando vão para estágio assumem, de um modo geral, que têm que ser pontuais, que têm que ser assíduos, educados. E reagem muito bem.

Temos tido bons resultados nos estágios. E algumas empresas interessadas em que eles fiquem lá empregados. É evidente que agora isso é difícil, mas temos jovens a serem requisitados para continuarem na empresa onde fizeram o estágio. Nomeadamente na área da mecânica. Penso que a escola está aí bem representada.

Teresa Afonso – Desde 1997, que temos estágios e, em qualquer das áreas, com sucesso. Tanto na área da mecânica, como na área da eletricidade, como na da informática. Os nossos alunos não querem, nem deixar mal o professor que os está a orientar, nem a escola. Porque no fundo nós os adotamos e a escola é a casa deles. Cá em casa podem fazer o que querem... lá fora não... Agora – o que é que se verifica em relação à integração? Os estágios correm bem. Mas, neste momento, aceitam-nos para estágio, mas no que respeita a integrá-los depois – aí é que se nota a diferença. Mas trata-se de uma conjuntura que ultrapassa a escola. Há áreas em que há mais necessidades e outras menos. E devemos apostar naquelas em que há saída no mercado. ■



Escola Secundária Camões

Dignificar o ensino profissional

Na Escola Secundária Camões, a aposta é dignificar o ensino profissional. O que abarca diferentes estratégias, desde a entrevista inicial, o envolvimento de alunos e famílias, a diversificação de aprendizagens, o estudo e proposta de novas soluções, à multiplicidade de atividades que a escola proporciona.

Estes alguns dos pontos destacados, em conversa informal, por Mónica Batista, diretora do curso profissional de Informática de Gestão e professora deste mesmo curso, Alexandre Barão, coordenador do grupo curricular de Informática e professor no curso profissional de Informática, e Magda Costa, diretora do curso profissional de Serviços Jurídicos e professora de Economia no curso profissional de Serviços Jurídicos e no curso profissional de Informática de Gestão.

El – Uma questão geral: como funcionam os vossos cursos e que estratégias são utilizadas no aprendizado dos alunos? Podemos começar pelo de Informática de Gestão.

Mónica Batista – O curso profissional de Informática de Gestão existe na escola desde 2007-2008. Em termos de organização, a escola tem uma organização muito específica. Por exemplo – a disciplina de Educação Física acompanha os três anos do curso. A formação sociocultural é igual nos três cursos. A formação técnica está igualmente organizada de uma forma específica.

O nosso estágio, a formação em contexto de trabalho, tem a duração de 600 horas e, neste momento, os alunos fazem 140 horas no 2º ano e 460 horas no 3º ano.

Foi opção nossa seguir essa norma, porque consideramos que os alunos apresentam maior maturidade, mais conhecimentos, nomeadamente da área técnica, principalmente no último ano do curso. O estágio ocorre sempre no final do ano letivo.

Ao nível do trabalho diário na sala de aula, temos a vantagem de, na formação técnica, ter os alunos divididos em turnos. Penso que assim conseguimos uma qualidade de trabalho superior e fazer um bom acompanhamento dos alunos. Acima de tudo - dado que os alunos têm um horário tão pesado - estimulamos muito o trabalho de sala de aula.

Uma das nossas preocupações é a própria gestão dos currículos. Temos que fazer um esforço por estar sempre atualizados ao nível da formação técnica. Tentar que

estejam o mais possível adequados ao mercado de trabalho.

Ao nível das entidades de acolhimento, por vezes sentimos algumas dificuldades. Penso que é uma dificuldade transversal. O nosso mercado muda muito e empresas que neste momento estão bem e podem aceitar 2 ou 3 alunos, no ano a seguir poderão já ter alguma dificuldade. A verdade é que temos conseguido sempre entidades de acolhimento para todos os alunos no final do seu percurso. Seja no 2º, seja no 3º ano.

El – Qual é o balanço em termos de sucesso escolar?

Mónica Batista – Tem variado de ano para ano. Normalmente temos tido turmas razoavelmente compostas – turmas que se iniciam com vinte e tal alunos e que terminam com um número semelhante. À exceção de um ou dois anos, em que houve efetivamente algum abandono. Foram duas turmas específicas.

O grande ano de abandono é o 10º. É o ano da adaptação. E, ou os alunos gostam e têm sucesso e continuam. Ou se as coisas não correm bem – ou porque não gostaram, ou não se integraram, ou não era aquilo que queriam – é nesse ano que ocorre o abandono.

Penso que isto é geral, em todos os cursos.

O facto de termos um corpo docente estável, também ajuda muito. Fazemos um acompanhamento dos alunos desde o 10º ano. Eles crescem connosco. E a proximidade que referi também vai muito por aí. Por exemplo – neste momento temos turmas com as quais passamos 8 horas por semana. Temos aulas todos os dias menos à 2ª feira. Criam-se assim determinados laços. E a forma de trabalhar e de chegar aos alunos também é completamente diferente. E é isso que muitas vezes faz a diferença.

El – Qual a experiência do grupo curricular de Informática?

Alexandre Barão – Esta escola acredita muito nos cursos profissionais. Esta confluência de perfis profissionais e perfis de alunos que estão no prosseguimento de estudos é muito enriquecedora e a escola tem apostado muito nisso. É um dos aspetos a frisar.

O grande esforço dos docentes, principalmente na área da componente técnica, é criarem um clima de trabalho que se aproxima à realidade das organizações, do mundo real, das empresas.

Nesse esforço, temos imensas iniciativas ao longo do ano, onde promovemos visitas a empresas, visitas de estudo, certames, feiras, no sentido de lhes aumentar essa maturidade, essa perceção do que é a empresa, a organização.

Sendo um curso de informática – neste caso temos o curso de Informática de Gestão – eles aprendem a desenhar sistemas de informação orientados para a empresa, para os negócios que estão associados à empresa. E o nosso papel é tentarmos, ao máximo, enriquecer a cultura organizacional dos alunos. É um aspeto relevante.

De resto é típico, nesta escola, haver, por altura dos dias abertos, eventos – cuja organização parte muitas vezes dos alunos e das associações de estudantes – que designamos como “a semana das profissões”.

São os alunos que organizam. Esse tem sido o espírito. Muitas

vezes os alunos trazem – a escola ajuda nos contatos – pessoas conhecidas na nossa sociedade. Figuras de referência. Muitas delas passaram também pelo Camões. E até pais de alunos. Vêm aqui trazer a sua experiência. Nomeadamente através de debates. No fundo ensinam o que é a profissão. Ou trazem o seu próprio caso de vida. É um pouco disto que os alunos também necessitam – de referências. A escola também tem esse papel a cumprir – que é servir de referência.

El – Uma questão que muitas vezes se coloca, quando se fala de ensino profissional: os vossos alunos vêm por opção ou por exclusão?

Alexandre Barão – Na escola, na nossa visão, deve haver um triângulo – que é o aluno (o eu), o meio (neste caso, a escola) e a família. Um exemplo – os alunos do nosso curso profissional, ao fazerem a sua pré-inscrição, foram submetidos a um processo de entrevista, onde fizemos questão que trouxessem o seu encarregado de educação, envolvendo a família desde início. E esta corresponsabilização – em que está o aluno, em que está a escola representada e a família – é extremamente importante e é ponto de partida.

É uma escola muito aberta, com uma direção muito aberta também. E os alunos têm uma voz ativa e um movimento muito forte. E envolvem-se.

El – Depois desse momento inicial, como se desenvolve o vosso trabalho?

Alexandre Barão – Ao longo dos anos a escola tem feito um esforço de diversificar muito as aprendizagens no domínio tecnológico. Por exemplo – nesta escola ensinamos os alunos a trabalhar nas áreas da robótica, em que eles podem realmente ter uma experiência concreta com robôs. Mesmo que sejam alunos com mais dificuldades na área da programação. Até usamos como estratégia pedagógica, muitas vezes, começar a ensinar a programação através

da robótica, que é extremamente interessante. E com isso participamos em torneios, concursos. São áreas muito motivadoras na abordagem pedagógica.

Na sala de aula estimulamos abordagens de caráter construtivista – no sentido em que o professor acaba por ser um tutor. Por exemplo – o aluno coloca uma determinada questão, no decurso do desenvolvimento de um projeto. E, muitas vezes, a resposta do docente pode ser – “Já perguntaste ao Google?”

Isto inicialmente pode ser uma dificuldade para determinados alunos, mas eles aprendem a trabalhar. Porque, quando acabarem o profissional e estiverem numa empresa, têm que estar autónomos na pesquisa da informação. Daí a tal abordagem construtivista. E, no fundo, acaba por ser muitas vezes uma aprendizagem baseada em projetos. No saber fazer. É uma das políticas do nosso grupo e da nossa forma de estar, da nossa escola.

Por outro lado – e principalmente no domínio técnico – há alguns programas que poderão não refletir a atual realidade tecnológica. E nesse sentido empenhamo-nos também em estudar e propor novas soluções. Trabalhamos muito nesse sentido. Refrescamos os profissionais, dignificando o ensino profissional.

El – Retomando a política de abertura da escola, de proximidade e envolvimento dos alunos.

Alexandre Barão – A proximidade que os docentes têm com os alunos é muito grande, a nível geral, nesta escola. Há um envolvimento muito grande. E a escola não para. Basta vermos a sequência de eventos que acontecem em todos os grupos curriculares. É uma escola muito ativa, onde a maior parte dos projetos partem dos alunos.

Por exemplo. Imaginemos uma visita de estudo. Em vez de ser o docente a fazer o programa, a visita de estudo é debatida no seio da turma. O docente limita-se a dizer - o objetivo é visitar o local X ou a entidade X; com base nisto

o que é que vocês acham que seria interessante? E são os próprios alunos que propõem a agenda dessa visita de estudo. Isso faz com que, no momento em que estamos a realizar essa mesma visita de estudo, estamos a fazê-la com uma agenda definida por eles. Altera tudo. Porque partiu deles.

El – Poderíamos agora falar do curso profissional de Serviços Jurídicos.

Magda Costa - Este curso surgiu como único na cidade de Lisboa. Muito valorizado. Durante estes anos temos recebido alunos que corresponderam bastante bem. Mas também estava à frente do curso um professor de Direito – para poderem ter uma gestão mais adequada e pertinente deste curso. Neste momento a nossa escola já não tem ninguém ligado ao Direito para acompanhar este curso.

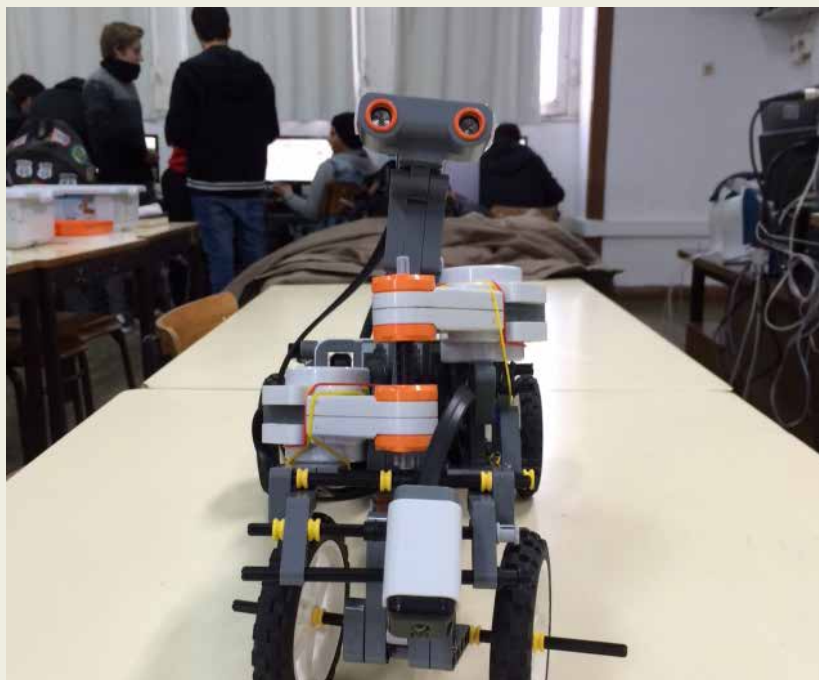
A componente técnica do curso profissional de Técnico de Serviço Jurídicos é no âmbito do Direito Processual, do Direito, Introdução à Contabilidade Judicial. São disciplinas muito específicas. Quem as ministra são advogados, contratados como técnicos especializados.

Entretanto – variando embora de ano para ano – temos sentido alguma dificuldade em recrutar alunos. Alguns alunos que chegam neste momento – e eu apercebi-me disso há 2 anos – vêm do ensino vocacional. E isto é um *handicap*. Nesses casos, os alunos já têm muita dificuldade em recuperar, aprender determinados aspetos específicos do Direito, da disciplina do Direito e Direito Processual.

Os alunos que estão, grande parte deles correspondem. Há uma grande desistência ao nível do 10º ano, mas os que ficam são aqueles que conseguem ultrapassar as dificuldades.

De qualquer forma, a turma no 11º ano já fica muito reduzida. E por isso é que neste ano – no 10º ano – já não abriu o curso.

Eu, como diretora de curso, tenho imensa pena que o curso não tenha reaberto. Não sabemos o que vai ser o futuro. É pena – é a única



escola em Lisboa a proporcionar este curso e haver o encerramento do mesmo. Mas teríamos de ter outro grupo de professores. Não temos professores que possam assegurar uma continuidade.

El – Qual a vossa experiência em relação aos estágios?

Magda Costa - Relativamente aos alunos que ficam e que vão para estágio, temos tido os melhores louvores.

Estes alunos fazem estágios nas Conservatórias e nos Tribunais. Ou então nalgum escritório de advogado, mas isso é residual.

E os alunos que têm ido para lá têm demonstrado bastantes competências – ao ponto de nos ser referenciado que estes alunos têm muitas vezes tantas competências como os que saíram das faculdades de Direito, em termos de Direito Processual. Temos tido um bom *feedback*, por parte destas instituições. Com pena até de não poderem manter lá os nossos alunos. Mas, neste momento, não há qualquer abertura para criar novos postos de trabalho.

De qualquer forma, o ano anterior foi aberto um concurso, com 600 vagas, para oficiais de Justiça – que é precisamente a saída profissional dos nossos alunos. E grande parte deles (que estiveram no nosso curso de 2007 até ao momento), concorreram. Todos os

que concorreram conseguiram colocação. E estão a trabalhar como oficiais de Justiça.

El – Que outros aspetos gostariam de sublinhar?

Magda Costa – Queria referenciar um aspeto que é importantíssimo – as atividades que a escola proporciona aos alunos. No âmbito do curso de Serviços Jurídicos, temos uma atividade muito importante, que é “Justiça para todos”. Os alunos preparam as peças processuais aqui na escola, com o professor de Direito Processual e com um grupo de professores que se envolveu nesse projeto. E depois vão fazer a simulação de um julgamento. O ano passado foi no Tribunal da Justiça. E eles gostaram imenso. E a própria juíza fez grandes elogios à prestação dos nossos alunos – porque envolvem-se como se já fosse a sério e estivessem em plenas funções.

Alexandre Barão – Também queria sublinhar a riqueza e diversidade do nosso plano anual de atividades. Toda a comunidade escolar conhece o nosso plano anual de atividades. Ao nível da comunicação para o exterior, fazemos um grande esforço – mantemos a comunidade informada. O nosso site - <http://escamoes-web.sharepoint.com/Pages/default.aspx> - funciona bem a esse nível. ■



Escola Secundária Fonseca Benevides

Uma escola com tradição no ensino técnico e profissional

• José Gregório/Manuel Moutinho

Professores

O ensino profissional tem no nosso país raízes muito profundas, marcado por formações longas de aprendizagens para a profissão, baseadas no *saber-fazer*. Herdeiros dos cursos de artes e ofícios, os cursos industriais dotaram, durante décadas, as mais variadas actividades económicas de técnicos reconhecidos pelas suas competências técnico-profissionais. Numa relação estreita com as escolas, publicitavam nestas ofertas de emprego, marcando gerações de jovens vocações.

A Escola Industrial de Fonseca Benevides foi, durante décadas, uma referência e um baluarte no ensino industrial. Desde o início dos anos '30 com os recém-criados cursos de Auxiliar de Laboratório de Química e de Montador Radiotécnico e, mais tarde, já instalada na Rua dos Lusíadas, no início da década de '60, com os cursos industriais de Serralharia.

Das diversas e profundas alterações, que o regime democrático do pós 25 de Abril trouxe ao ensino e, nomeadamente, à nossa escola,

a criação do ensino unificado, ou seja a transformação dos liceus e das escolas industriais em escolas secundárias, promoveu um *"upgrade"* levando a mais-valia, traduzida no apetrechamento dos laboratórios e oficinas e na experiência dos docentes das áreas da química e da electrónica, para as áreas vocacionais do ensino complementar que, não fazendo qualquer distinção no acesso e na saída para o ensino superior, promovia um enriquecimento curricular dos alunos, no final do ensino secundário, que era perceptível nos seus percursos no ensino superior, nomeadamente nas disciplinas laboratoriais dos cursos de engenharia. No ano lectivo de 1983/84 são criados os Cursos Técnico-Profissionais. A imagem da escola sai substancialmente valorizada pela qualidade dos cursos aqui ministrados. As entidades empregadoras publicam anúncios, nos órgãos de informação, solicitando alunos com diplomas concedidos pela Escola Secundária de Fonseca Benevides facto este que, não sendo novo, pois também já se tinha verificado com os antigos cursos de Química e Radiotecnica,

continuava a constituir uma mais-valia para os alunos formados pela ESFB. Os alunos dos nossos Cursos Técnico Profissionais recebem vários prémios nacionais e internacionais.

As sucessivas reformas no Ensino, iniciadas em 1992/1993, conduziram ao aparecimento de cursos de oferta própria na escola, no domínio das Áreas Tecnológicas: Cursos Tecnológicos de Electrónica, Informática e Química; Cursos de Educação e Formação de Electricidade, Electromecânica e Computadores, e, mais recentemente, Cursos Profissionais nas áreas de Instalações Eléctricas, Electrónica, Informática, Energias Renováveis, Análises Químicas, Qualidade Alimentar, Gestão Desportiva, Higiene e Segurança no Trabalho, continuando a Escola a proporcionar aos seus alunos elevados parâmetros de qualidade no ensino ministrado. Todavia, com o aproximar do final do século XX, foi-se notando uma tendência para o enfraquecimento e desvalorização dos cursos técnicos, por parte das entidades responsáveis pelo Ministério da Educação, começando por diminuir os lugares de quadro

de escola para professores efetivos, e restringindo o acesso à profissionalização a um número cada vez mais reduzido de professores nos antigos grupos técnicos 2º A e B, 4º B e 12º A e B, atuais grupos de recrutamento 510, 530 e 540.

A nossa realidade

O século XXI trouxe-nos poucas oportunidades e muitos desafios. Se, por um lado, a Reforma tinha posto um ponto final nos cursos técnico-profissionais, substituindo-os pelos cursos tecnológicos, estes estavam longe de ir ao encontro do perfil dos diplomados que as empresas nos solicitavam. Por outro lado, os cursos tecnológicos também não cumpriam integralmente o seu papel no acesso ao ensino superior, já que, à falta da oferta de cursos profissionalizantes, os alunos que não pretendiam ingressar no ensino superior, por opção ou por dificuldades, descaracterizaram o perfil dos alunos até à altura diplomados pela nossa escola.

A criação dos cursos profissionais, em 2004, veio supostamente colmatar as necessidades de formação requeridas pelas empresas. A criação de cada curso com uma portaria específica, com a identificação de competências profissionais e disciplinas estruturadas por módulos, à semelhança da formação criada e supervisionada nos centros de formação geridos e partilhados pelo IEFP, corresponderia a uma certificação e a um acolhimento por parte dos empregadores, uma vez que, para abertura de cada curso, os serviços descentralizados do ME, de acompanhamento das candidaturas, requeriam pareceres de empresas do ramo da actividade de curso, a atestar o interesse e a empregabilidade do mesmo. A questão é que o parecer era apresentado no mínimo 3 anos antes do primeiro aluno ser diplomado nesse curso e, nessa altura, o mercado, a conjuntura ou a situação económica da empresa, invalidavam o "compromisso" assumido. A outra faceta dos cursos profissionais foi a criação de uma opção *menos óbvia* de acesso ao ensino superior. Muito embora a legislação o referisse, os conteú-

dos e a profundidade da sua abordagem estavam longe do requerido pela prova de acesso. Também os currículos, muito preenchidos, retiravam tempo de preparação para as provas. Para além de um ensino secundário com, praticamente 35 horas semanais, no 3º ano (12º), os alunos enfrentam uma Prova de Aptidão Profissional e 420 horas de Formação em Contexto de Trabalho (600 a 840 horas desde julho de 2013).

Vários factores se conjugaram para gerar a situação atual: os cursos profissionais, ao não garantirem uma empregabilidade qualificada, não foram desafiantes nem metas para os alunos com maiores capacidades, que seriam os bons técnicos que a escola tradicionalmente formava; por outro lado, sendo uma escola secundária, com 3º ciclo, deveria manter a oferta de ensino regular, para além do Ensino a Distância, tanto no ensino básico, como no secundário. A criação do Pólo onde a nossa escola se insere, não passou de uma ideia romântica. Coabitamos o edifício com um centro de formação partilhado, gerido com as regras do IEFP, com o qual não existe articulação possível, nem em termos da oferta formativa, nem de calendário, nem de meios. Estamos paredes meias com outra escola secundária, com 3º ciclo, tendo na vizinhança apenas uma escola EB 2,3, logo uma organização tipo pirâmide invertida, com mais oferta de ensino secundário do que básico e apesar desta situação singular, apenas uma vez, em 2010/11, a DRELVT decidiu intervir na distribuição das turmas, em sede de rede escolar e ainda assim de forma pouco cuidada.

A oferta do ensino vocacional também não parece resolver o problema de captação de novos alunos para as áreas tecnológicas nem de saídas qualificantes. Assim, no nível básico, onde os critérios de ingresso são discutíveis, nomeadamente a nível da idade, a inclusão obrigatória de três áreas vocacionais não deixa espaço para um conhecimento razoável de cada actividade e dificulta a concretização da prática simulada nas empresas. O nível secundário, obrigatoriamente organizado em

dois anos letivos, incluindo 1400 horas de estágio, originando semanas de 45 horas, com um calendário que se inicia na terceira semana de setembro e termina na penúltima semana de julho, sem tempo para compensações de aulas não lecionadas, nem recuperação de UFCDS não concluídas, é demasiado exaustivo para trazer bons resultados, com a agravante de se aplicar a alunos com histórico de insucesso e muitos deles com dificuldades de se manterem concentrados durante períodos longos.

E o futuro?

Sem dúvida o futuro das escolas públicas com oferta de cursos profissionais passará por uma decisão do ME. Sem uma intervenção preventiva que passe pela dignificação do ensino profissional, o decréscimo do número de alunos será ainda mais dramático. No caso da nossa Escola, é ainda urgente o repovoamento do ensino regular, que traga massa crítica e recomponha o corpo docente. Para continuarmos a oferecer apenas cursos de dupla certificação, teremos que ter as armas e os meios que as escolas profissionais possuem, proporcionando aos alunos subsídios vários que os apoiem e cativem e dispondo de recursos e acesso a apetrechamento, não só em máquinas e equipamentos, mas em material diverso e precioso, sem o qual não é possível dinamizar aulas laboratoriais e oficinas condignas.

Como todos os portugueses em geral, aguardamos ansiosamente a retoma do emprego e as possibilidades que essa melhoria na economia poderão gerar na procura de cursos profissionalizantes por parte de futuros alunos. Mas tal não pode ser feita à custa de mão-de-obra barata, porque os alunos e as suas famílias sentir-se-ão tentados a continuar a apostar nos cursos do prosseguimento de estudos, mesmo repetindo até à exaustão as disciplinas que lhes parecem inultrapassáveis, como já alguns diretores vieram a público lamentar e até pedir um regime de propinas diferenciado, punindo a repetição sucessiva de exames (porque fazem baixar o ranking). ■



Sucesso educativo e cidadania são as grandes prioridades

EPBJC - um projeto da CGTP-IN

• José Rui Ferreira

Diretor Pedagógico Nacional da EPBJC

A Escola Profissional Bento de Jesus Caraça (EPBJC) iniciou a sua atividade no ano letivo 1990/91, tendo já completado 25 anos.

Atualmente, conta com cerca de 1200 alunos, em 51 turmas, e está presente em 6 delegações: Lisboa, Porto, Beja, Barreiro, Seixal e V. N. Famalicão (Pedome). A formação predominante são os Cursos Profissionais de nível secundário, mas existem, também, turmas de Cursos Vocacionais do ensino básico e, enquanto o financiamento estatal assim o permitiu, Cursos de Educação e Formação de Adultos.

A entidade promotora da EPBJC é a CGTP-Intersindical Nacional. Tal como se encontra consagrado no artigo 74º da Constituição da República Portuguesa, a CGTP-IN entende que *“todos têm direito ao ensino como garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar”*, tendo o Estado a obrigação de assegurar a educação dos cidadãos e cidadãs e, como tal, é à escola pública que compete responder a esta necessidade e promover a oferta de cursos profissionais.

Porque surge, então, a CGTP-IN como entidade promotora da criação desta Escola? A resposta a esta questão deve ter em conta a realidade de há 25 anos atrás, período conturbado, em que os sucessivos governos se vinham demitindo da sua obrigação de desenvolverem a educação e formação profissionalizante e da necessidade de canalizar os fundos comunitários para estas formações. Ao assumir este projeto, a CGTP-IN quis, ela própria, dar o exemplo e contribuir para colmatar o *deficit* que existia na sociedade portuguesa.

Esta iniciativa da CGTP-IN, assente num projeto sindical, democrático, progressista e transformador da sociedade, resulta da sua convicção de que o ensino e a formação profissional constituem veículos promotores do desenvolvimento dos jovens e dos trabalhadores.

A EPBJC, consciente das suas responsabilidades, sabe que a aprendizagem é inseparável da vida dos jovens, dos seus contextos sociais e dos seus processos de desenvolvimento. Assim, não ignora essas circunstâncias e procura dar as respostas que se encontram ao seu alcance. No entanto, tem, igualmente, consciên-

cia do papel insubstituível do Estado enquanto garante de funções sociais que a Escola não pode nunca, plenamente, substituir.

Ao promover o ensino e a educação pelas profissões, a EPBJC prepara os jovens para a sua integração na vida económica e social, em cooperação com instituições que constituem o tecido empresarial do país.

Pela sua duração, composição (currículo), grau académico, certificação profissional e possibilidade de prosseguimento de estudos, o ensino profissional deve ser uma via com igual dignidade social, o que só é possível, nomeadamente, com adequadas condições de financiamento que, infelizmente, não têm existido, tendo vindo mesmo a agravar-se nos últimos anos.

É neste sentido que estamos empenhados, pela nossa ação, na valorização e defesa do futuro do ensino profissional de qualidade em Portugal e recusamos a sua descaraterização ou subvalorização.

A centralidade do trabalho na organização das sociedades modernas, assente na valorização de quem vende a sua força de trabalho, é a raiz do valor educativo e fundamento da importância do en-

sino e educação pelas profissões. A dignificação social do trabalho, como fator quer de integração e participação social, quer de realização pessoal, constitui um património que incorpora valores a apropriar pelos alunos.

O sucesso educativo e o modelo pedagógico

O insucesso escolar é, talvez, o problema mais grave do sistema de ensino em Portugal. Recusamo-nos a aceitar o insucesso escolar como sendo “natural”. Assumimos o combate às desistências e ao insucesso escolar como uma prioridade no nosso Projeto Educativo, com toda a dimensão ética e cívica que ele comporta.

Sabemos que a maior parte das causas do insucesso, nomeadamente das desistências, são de ordem económica e social, que dependem das políticas governamentais, mas também sabemos que, em grande parte, o insucesso depende da cultura escolar: de como organizamos as atividades de ensino e de aprendizagem, do que ensinamos e como ensinamos e da qualidade da relação pedagógica. Por isso, em alternativa ao ensino massificado e competitivo, estamos empenhados em construir um modelo pedagógico baseado nos princípios da aprendizagem cooperativa e na diferenciação pedagógica não discriminatória, através da organização das aprendizagens em grupos cooperativos, de Planos Individuais de Trabalho, da existência de Tempos de Estudo Autónomo, da utilização da metodologia do trabalho de projeto e na crescente participação dos alunos na organização das suas aprendizagens através das Assembleias de Turma.

Trata-se de um enorme desafio que implica a rutura com práticas ancestrais e modos de ensino dominantes, mas os resultados estão a fazer-se notar, escassos face à dimensão dos problemas, mas a revelar já uma tendência positiva e consistente, com menos desis-

tências, melhores níveis de assiduidade e menos módulos não realizados.

A educação para a cidadania

A EPBJC inscreveu, desde sempre, que o seu Projeto Educativo deve contribuir para a formação dos seus jovens alunos, ajudando-os a tornarem-se cidadãos conscientes, informados, preocupados com os outros, ativos, responsáveis e, ao mesmo tempo, profissionais competentes.

A formação dos jovens é um processo coletivo, social, que começa na família, na comunidade e no grupo de pares. É fortemente influenciada pelos discursos dominantes dos grandes órgãos de comunicação social, detidos pelos grandes poderes económicos e financeiros, e pelas redes sociais. É por tudo isto que a Escola pode e deve desempenhar um papel insubstituível. Um papel que se expressa de forma mais ou menos explícita, designadamente através das regras, direitos e deveres que estabelece, contribuindo para a formação cívica dos alunos.

Desenvolvemos a educação para a cidadania, nomeadamente, através das seguintes aprendizagens:

- aumentando os **conhecimentos** dos alunos sobre temas relevantes, melhorando a sua **compreensão** e tornando-os mais **conscientes** das suas implicações;
- desenvolvendo **capacidades** como a análise de informação, o pensamento crítico e a capacidade de argumentação, o que permite formar opinião e resolver problemas;
- promovendo **valores** como a justiça social, a igualdade, a coragem, a solidariedade como contraponto ao individualismo e à caridade promovendo a cooperação e combatendo a competição;
- desenvolvendo o **espírito de iniciativa** dos alunos enquanto construtores sociais do seu percurso de vida e recusando, ao mesmo tempo, a ideologia do empreendedorismo, uma mistifi-

cação que visa culpar os desempregados pela sua própria situação, incutindo a ideia errada de que o desemprego é um problema individual e não social e político. Para concretizar estes objetivos, escolhemos anualmente um tema de relevância social e política que é trabalhado em todas as turmas, no âmbito do Projeto Curricular de Turma, com uma forte participação dos alunos na seleção das atividades a desenvolver e que são, posteriormente, apresentadas a toda a comunidade escolar. Também são realizadas iniciativas ao nível de cada uma das delegações e, por vezes, a nível nacional. Já foram, por exemplo, escolhidos e trabalhados temas como “A Democracia Representativa e Participativa”, “A Constituição da República” e, em 2015/2016, está a ser trabalhado o tema “Migrações”.

A nível curricular, decidimos que o objetivo central da disciplina de Área de Integração é a educação para a cidadania e o desenvolvimento de competências e capacidades sociais. Dentro do programa desta área curricular foram selecionadas temas reais e atuais, relevantes para os alunos, afetivos, controversos e, sempre que possível, com uma dimensão ética perceptível para os alunos. Os temas são trabalhados através de métodos ativos (“aprender fazendo”), participativos, realizados em grupos cooperativos e com tempo.

Contributo da CGTP-IN

A visão que a CGTP-IN tem das relações sociais, do valor do trabalho e da importância da educação e formação está corporizada naquilo que é o projeto educativo da EPBJC: uma escola inclusiva que contribui para o reforço dos níveis de educação, mas também para a promoção da cidadania e para a igualdade de oportunidades. Nesse sentido há uma relação dialética entre os objetivos mais amplos da CGTP-IN e os da EPBJC, bem como uma convergência de interesses. ■

Nunca é tarde demais para escolhas inteligentes

Um percurso pelo ensino profissional

• **Beatriz Santos**

Estudante. Ex-aluna da Escola Profissional Gustavo Eiffel

Iniciei o meu percurso escolar no Ensino Secundário no ano letivo 2010/2011, no Curso de Ciências Socioeconómicas. Neste permaneci apenas um ano letivo. O que me levou a desistir do curso foi a certeza de que estava a perder o meu tempo numa vertente académica que não me levava a sítio algum. A teórica era apenas só teórica. Nada do que me era ensinado me motivava ou me despertava a curiosidade. O único objetivo da aprendizagem era a procura de boas notas nas disciplinas. Para tal era necessário decorar a matéria para ter uma boa classificação no teste, mas que dias depois quase tudo era esquecido. O principal objetivo seria o acesso ao Ensino Superior, cumprindo a obrigação da frequência com sucesso dos três anos do Ensino Secundário, mas com a possível incógnita de não se saber qual o curso que realmente gostaríamos ou iríamos frequentar. Qual seria o curso que me abriria melhor as portas ao mercado de trabalho? E se não fosse? Mas seria esse mesmo o tal que eu gostava mais? Será que o tal outro que me dizia ainda alguma coisa teria saída profissional? Durante esse ano dava por mim a pensar nisto tudo bem como nos obstáculos que teria de enfrentar no futuro e o que necessitava de ter ou fazer para um dia mais tarde ser bem sucedida na vida pessoal e no mercado de trabalho. Apesar deste sentimento de frustração foi na disciplina de Economia que descobri o interesse pela temática do Marketing e Publicidade, sendo essa a força motivadora que me levou a enveredar pelo Ensino Profissional. Foi com esta certeza que no ano seguinte decidi mudar para o curso de Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade, no Ensino Profissional. Foi com essa mesma

certeza que o finalizei e o qual me engrandece muito. Admito que nunca pensei me surpreender tanto, pela positiva. Apesar de ser um ensino muito virado para os trabalhos e projetos, o que poderá levar a pensar-se, com alguma justiça, que é mais facilitador na conclusão do Ensino Secundário, quem o frequenta e quer ter sucesso não pode andar a fazer de conta que anda na escola. Tem que se trabalhar, só que de outra forma. E também é preciso estudar para os testes.

O curso de Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade é um curso com diferentes vertentes e saídas profissionais. A sua estrutura curricular permite que ao longo dos três anos a aquisição dos conhecimentos se faça de uma forma articulada, facto que facilitou bastante a minha escolha do curso que queria prosseguir no Ensino Superior. Uma das minhas melhores experiências foi participar na feira de empreendedorismo da JAP (Júnior Achievement Portugal), para a qual eu e os meus colegas do grupo de trabalho criámos um produto e uma empresa de raiz. Para isso tivemos que meter em prática todos os conhecimentos adquiridos nas diversas disciplinas, contando logicamente com alguma ajuda dos docentes da escola para a elaboração do protótipo do produto. Este projeto foi também o nosso PT (Projeto Tecnológico), apresentado no final do 11º ano. O estágio profissional foi o meu primeiro contacto com o mundo do trabalho, onde foi possível aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso e adquirir outros tantos que não tinha a menor consciência que podiam ser do meu interesse. A bem da verdade, não tenho nenhum especto negativo a apontar. Tanto a aprendizagem como o trabalho e o tempo despendidos tiveram resul-

tados positivos. Adquiri diferentes conhecimentos que com certeza não iria adquirir no Ensino Secundário “regular” onde a prática me fez amadurecer e perceber em que aspetos é que poderei ser bem sucedida. Graças a este curso aprendi igualmente a enfrentar alguns dos vários obstáculos que o mundo do trabalho nos proporciona. Por fim fiquei com um certificado de habilitação profissional com o qual me posso candidatar a diferentes empregos.

Assim, posso dizer, com conhecimento de causa, que é um erro a premissa de que os alunos que frequentam cursos profissionais são alunos com notas fracas e sem objetivos definidos. Logicamente que há casos pontuais de insucesso escolar mas não podemos generalizar as coisas. Nos outros cursos do Ensino Secundário também os há. Mas o que para mim é mais relevante neste constatação é que o Ensino Profissional é sem dúvida um meio que oferece grandes e diferentes oportunidades para a construção do futuro de qualquer aluno. E para mim isso tem um enorme valor.

Neste momento frequento o Ensino Universitário, na licenciatura de Comunicação Organizacional, na vertente de Comunicação e Marketing. O facto de ter escolhido este curso deve-se inteiramente ao curso do Ensino Profissional. Sinto-me bastante bem preparada nas diversas cadeiras pois a matéria dada, na maioria das mesmas, já é do meu conhecimento, embora agora sejam dadas mais aprofundadamente. Os conhecimentos antes adquiridos, os projetos, os desafios e o estágio, levaram a que hoje não subsiste qualquer dúvida do que quero realmente para o meu futuro. Só fica a faltar o mercado de trabalho. E quanto a isso só o futuro o dirá. ■



Foto: morgueFiles

A obsessão securitária da Europa fortaleza

Joaquim Jorge Veiginha

Os atentados de 13 de Novembro em Paris desencadearam uma série de medidas 'antiterroristas' consideradas como medidas de exceção, mas que ameaçam cada vez mais converter-se em permanentes, com a agravante de não prevenirem as causas destes trágicos

eventos. Em França, um dia depois dos atentados, foi declarado o estado de emergência por três meses que ameaça prolongar-se. Neste contexto securitário, as manifestações no espaço público foram proibidas, como aconteceu com as que estavam marcadas para a cimeira das alterações climáticas nos finais de novembro do ano passado e, com fortes analogias com o 'Pa-

triot Act' de George W. Bush e dos seus falcões belicistas, sancionadas buscas domiciliárias autorizadas pelo Ministério da Administração Interna, sem um mandato jurídico emitido pelos tribunais. O Governo francês aprovou ainda, em 23 de dezembro, um projeto de reforma para inserir na Constituição Francesa o estado de emergência, bem como a perda de nacionalidade de cidadãos binacionais

condenados por atentados terroristas, mesmo quando estes tenham nascido em França. Esta medida é de extrema gravidade, pois põe em causa o princípio do *jus soli* (vínculo territorial), vigente no ordenamento jurídico francês, substituindo-o pelo *jus sanguini* (vínculo de sangue). Mas as medidas securitárias não ficaram restringidas à França e também à Bélgica, onde após os atentados foi decretado em Bruxelas o alerta 4, justificado pela existência de uma “ameaça séria e eminente” que acabou por não se verificar, alargando-se ao espaço da União Europeia (UE). Já depois dos atentados de Janeiro de 2015 ao jornal francês *Charlie Hebdo*, que provocaram a morte dos históricos caricaturistas deste jornal satírico, foi instaurado o PNR (‘Passenger Name Record’) em alguns países da UE, que é uma lista de identificação de passageiros de viagens aéreas com o objetivo de reforçar a segurança. Segundo Carlos Coelho, deputado português integrado no Partido Popular Europeu, esta lista chega a inquirir os passageiros sobre os seus hábitos alimentares para detetar se são muçulmanos ou judeus, o que constitui uma medida inaceitável, já que viola a esfera privada da pessoa, o

A nível da União Europeia há que reforçar a integração das comunidades de origem islâmica e não guetizá-las como está a ser feito para gáudio da extrema-direita europeia, principal aliada do ISIS.

que é – frisou Carlos Coelho – “em Portugal, proibido pela Constituição Portuguesa”. O mesmo deputado lamenta as decisões políticas que com o pretexto de aumentar a segurança restringem a liberdade dos cidadãos, para além de se revelarem ineficazes: “Deem-me um exemplo em que o PNR ajudou a que um atentado fosse evitado por causa do PNR, que existe em alguns países. Não há” . As restrições à liberdade de circulação de pessoas no espaço Schengen e a futura criação de uma guarda comum de fronteiras para alegadamente proteger as fronteiras exteriores da UE, são outras duas medidas problemáticas. Relativamente à primeira, é posta em causa uma liberdade fundamental no espaço da UE, quando ainda nada se fez para restringir a liberdade de circulação de capitais que acaba por beneficiar os financiamentos das organizações islâmicas que cometem os tentados. Por sua vez, a segunda é, contraditoriamente, justificada com o pretexto de garantir o espaço da livre circulação na UE, podendo mesmo intervir num país sem que este tenha dado a sua autorização. Por sua vez, o afluxo de refugiados à Europa, para além de reforçar a obsessão securitária no sentido de encontrar uma relação entre estes e o terrorismo salafista que não está provada, promove uma Europa fortaleza como solução última para a resolução destes problemas. O caso mais grave e ilustrativo deste securitarismo foi o restabelecimento das fronteiras entre a Dinamarca e a Alemanha para limitar o afluxo dos refugiados a este país nórdico, em que Governo do Partido Liberal lhes confisca bens, divisas e valores com o argumento de que devem financiar a própria estado no país. Algo então está mal no ‘reino da Dinamarca’. O combate ao Estado Islâmico (E-I) no Médio Oriente tem-se revelado ineficaz, já que se reduz a uma estratégia de bombardeamentos com o objetivo de destruir o que a França e

outros membros da coligação internacional consideram ser a principal fonte de receitas do E-I, o petróleo. Estes bombardeamentos, para além de provocarem inúmeras vítimas civis, mesmo entre os camionistas que transportam o ouro negro e não pertencem a esta organização, não atinge a sua principal fonte de receita que para alguns investigadores reside em práticas de tipo mafioso baseadas na extorsão das populações submetidas, nos resgates pagos pelos raptos e no tráfico de obras de arte pilhadas. Como diz o Ziauddin Sardar, presidente do Muslim Institute em Londres, “o ISIS [E-I] não apareceu do nada, o ISIS é a Arábia Saudita”. Esta figura refere-se à corrente wahabista que vigora neste país do Golfo Pérsico que alimenta uma interpretação literal do Corão e é o sistema de referência ideológico do E-I. No entanto, como a Arábia Saudita continua a ser a principal aliada dos EUA e da Europa na região este facto é subestimado, quando não completamente ignorado. De resto, como conta Ahmed Rashid, jornalista e escritor paquistanês de referência, “numa conferência recente do Golfo, autoridades de numerosos países do Golfo Pérsico, disseram-me que estes consideram a ameaça iraniana mais grave do que o E-I”. Para derrotar o E-I não são necessários bombardeamentos, mas novas alianças regionais que contrastem a difusão do wahabismo, o que implica juntar o reconhecimento do papel do Irão na luta contra aquela organização, bem como o papel dos curdos e do próprio regime sírio que não pode, apesar das atrocidades que tem cometido, ser colocado no mesmo plano do que o Daesh. A nível da União Europeia há que reforçar a integração das comunidades de origem islâmica e não guetizá-las como está a ser feito para gáudio da extrema-direita europeia, principal aliada do ISIS. Só através desta inversão de prioridades se poderá começar a ver uma luz no fundo do túnel. ■



Jardim de Infância dos Anjos

Uma história de multiculturalidade e descoberta mútua



O JIFA, Jardim de Infância dos Anjos, tem atualmente 100 crianças e 18 nacionalidades. Uma história de multiculturalidade que vem já da sua criação, logo a seguir ao 25 de abril. Uma fase em que “estava tudo muito aberto” nas palavras da Presidente de Direção, Joana Marques Vidal. Hoje essa diversidade é valorizada como “muito, muito enriquecedora”, como sublinhou a educadora, Cristina Baptista. Diversidade que, para as crianças, não é estigmatizada como diferença. “Eles falam todos a língua universal, que é a língua dos afetos e da brincadeira. E do estar e do saber estar com o outro – que é o mais importante”.

Lígia Calapez . Jornalista

Uma história de autoconstrução

Tudo nasceu de uma reunião na Freguesia dos Anjos, em que se falou de um “depósito” de crianças, sustentado pela Junta num anexo seu, e que duas então alunas da Escola João de Deus (incluindo a atual Presidente de Direção do JIFA) foram ver.

“Ficámos horrorizadas” – conta-nos Joana ... - “Era um *depósito*. Tinha duas salas. Uma onde estavam perto de 40 crianças. E outra onde dormiam, em beliches – com um cheiro horroroso... Os meninos, quando se portavam mal, iam para aquela sala... Não podiam fazer barulho – porque, se fizessem barulho com os pés, havia uma senhora, que morava em baixo, que vinha protestar. Havia ainda uma cozinha. Duas senhoras estavam a *tomar conta* das crianças”.

Com o aval da direção da Escola João de Deus e uma grande participação dos pais das crianças, Joana Vidal e a colega tomaram a iniciativa e pediram um espaço à Câmara (onde ainda hoje o JIFA está instalado). Um espaço que foi sendo construído e continua em construção. Quer como espaço físico quer como comunidade escolar.

“Avançámos” – lembra Joana Vidal. “Com a ajuda dos pais. Eles arranjaram a cozinha, o espaço ao lado e uma sala. Uma das mães veio para aqui trabalhar. Fizemos uma reunião com todas as mães. Não tínhamos dinheiro. Na altura o que nos davam era só para a alimentação e pouco mais. E, na reunião, perguntámos quem é que podia ajudar. Quem estivesse sem emprego – podia vir limpar e fazer coisas várias. E foi assim durante muito tempo. Era tudo trabalho voluntário. Não pagavam nada pelas crianças, mas davam uma hora, ou duas. Quem era costureira fez cortinas, por exemplo. Algumas ficaram mesmo a ajudar na cozinha. Uma delas tinha *muito colo*, como diria João dos Santos. Era espantosa para as crianças mais pequenas.”

Hoje, o JIFA tem 40 anos. Abriu em 6 de abril de 1975. O acordo com a Segurança Social, estabelecido em 1975-76, foi um fator decisivo para a viabilização e continuidade deste projeto.

Depois, “houve muitas mudanças. Muitas salas se criaram, muitas obras se fizeram. O que está agora, foi sendo tudo feito”.



Multiculturalidade sempre presente, num quadro de muitas mudanças

A multiculturalidade faz parte do quotidiano do JIFA, desde a sua criação. “Quando trouxemos para cá os 40 meninos do *depósito*, havia já mais africanos - de Angola, de Moçambique, Guiné e Cabo Verde. Eram crianças que tinham uma vida muito difícil. E cujas mães, que desenvolviam a sua atividade no Intendente, nos ajudaram muito”, lembra Joana Vidal.

Volvidos todos estes anos, a realidade da zona e da escola são muito diferentes. “O Jardim começou a ser conhecido. E outras pessoas, de outras categorias sociais, começaram a querer trazer para aqui os seus filhos”.

O JIFA tem hoje crianças das mais diversas nacionalidades de origem - China, Inglaterra, Japão, Nepal, França, Índia, Nigéria, Itália, Venezuela (nestes dois casos também devido à proximidade das respetivas embaixadas). Como refere Cristina Baptista, “com a revitalização desta zona, e sendo uma zona multicultural por si só, houve um alar-

gamento das nacionalidades presentes no Jardim”.

Essa presença é sensível logo à entrada da escola, nas escadas ladeadas de reproduções de casas de diferentes culturas, com a palavra *casa* nas diversas línguas – uma das *obras* que são fruto dos vários projetos de que este espaço infantil é rico.

E reflete-se aos mais diversos níveis. Desde a alimentação (há crianças que, por razões culturais, não podem comer carne de porco, ou de vaca, ou são vegetarianas – e tudo isso é tido naturalmente em conta), às formas como se concretiza o envolvimento das famílias.

“A nossa escola trabalha muito também com a família. E, sendo as famílias de diferentes nacionalidades, torna-se enriquecedor o que a família depois faz connosco”, sublinha Cristina Baptista. E alinha exemplos diversos.

“O ano passado tínhamos no JIFA um menino indiano e, quando foi a celebração do Ano Novo da Índia, a educadora trabalhou na sala essa celebração, convidou os pais e fizeram assim a celebração do novo ano”.

Uma outra forma é o trabalho em torno das semanas culturais de cada país.



“Por exemplo – o ano passado tivemos a semana cultural da Venezuela, em que convidámos uma mãe, funcionária na embaixada, a vir confeccionar uma refeição venezuelana para toda a escola. Trabalhámos também a obra de um artista venezuelano que criou um jardim - o jardim das pedras sonhadoras”.⁽¹⁾

Na semana cultural do Brasil, “trabalhámos a música brasileira (com o Toquinho e o Caetano Veloso). E ainda o Sebastião Salgado com a fotografia – cada criança escolheu uma fotografia e contava a história dessa fotografia. E houve uma mãe que veio cá fazer os pãezinhos de queijo”.

“Tivemos também uma mãe italiana que veio cá à escola fazer um almoço italiano e falar um bocadinho sobre o seu país – lembra Cristina Baptista - Trouxe-nos músicas italianas. Foi pedido aos pais que colaborassem com imagens de Itália. As crianças conheceram ainda Leonardo da Vinci – e pintaram (à sua maneira, naturalmente) o retrato da Mona Lisa”.

Salvador Dali vai ser agora “o nosso personagem de Espanha”.

Em suma, tenta-se partilhar “o que cada país – e região (também já se fez as semanas do Minho e do Alentejo) - pode trazer”. Em áreas como a música, a expressão plástica, ou o movimento.

Sem esquecer o “bom dia” cantado nas várias línguas das crianças presentes em cada sala. “Eles gostam de aprender. E falam entre eles. Partilham as diferentes experiências e costumes nacionais, em relação a festas por exemplo”.

Pedagogia(s)

No JIFA, segue-se a linha de orientação do Movimento da Escola Moderna (MEM). Mas depois, diz Cristina Bap-

tista, “cada uma, com a sua metodologia, vai enriquecendo a própria escola, as diferentes formas de trabalhar”. E vai-se buscar a importância da arte a Waldorf, ou a Matemática com blocos lógicos a João de Deus. Sempre tendo muito em conta “o que a criança quer, o que ela pede, os seus interesses, as suas motivações”.

É neste quadro que se desenvolve o projeto pedagógico, definido para dois anos, e trabalhado de acordo com as idades e motivações das crianças.

Cristina Baptista, educadora das crianças de 4 anos, traça as linhas gerais do projeto deste ano, designado **AMA** (Arte, Movimento, Afeto). E valoriza cada uma destas componentes. Começando pela importância da arte na infância. Do afeto, porque “é através do afeto que eles fazem as aprendizagens. Através da relação”. Do movimento, “que tem a ver com o relacionamento. Estamos sempre num movimento crescente com a família, com a comunidade e com as aprendizagens”.

Esta é a base a partir da qual se desenvolvem as várias estratégias de ação. De que aqui damos alguns exemplos.

O **NOS**, que “pretende pôr em prática um conjunto de atividades relativamente ao grupo, na perspetiva de levar as crianças a sentirem a noção de pertença a um grupo e a um espaço – eles vêm de um grupo, que é o grupo família, que se alarga à escola e ainda à comunidade”.

Outra estratégia é **Música em Mim**. “Em que os grupos ouvem diferentes tipos de música. Mais uma vez pegamos na diversidade cultural – cada criança pode trazer uma música do seu país, por exemplo”. Dando-se espaço também a diferentes tipos de música - música clássica, fado, música rock, jazz.

Com **Ao Pé da Dança** o objetivo é tra-

balhar a área de desenvolvimento motor. “Partindo de uma canção do José Barata Moura – *a roda dos amigos* – que será o mote para este projeto. Pretende-se trabalhar as danças tradicionais, a dança contemporânea, a clássica, o rock, na sala, com música (cd), utilizando também muito a internet, em que eles vão escolhendo as músicas que querem ouvir e que querem dançar”.

Em **Beija-flor**, trabalha-se com as crianças a importância da conservação da natureza. O que inclui tratar de uma mini-horta, de que já se colhem alguns legumes para a sopa...

Ou ainda o recurso à poesia – **Poesia para Comer** - comum a todas as salas, em que Fernando Pessoa está muito presente, com o poema “No comboio descendente”.

Em **Lés a Lés**, a diversidade cultural está, uma vez mais, bem presente. “Pretende-se, com este projeto, desvendar outros sítios de Portugal ou outros países, de onde são oriundas as famílias – através de objetos, imagens, histórias e gravações. Temos uma mala de viagem – e nessa mala de viagem vamos guardar objetos, ou fotografias, ou imagens, que poderão depois viajar a outras salas”. Por exemplo, diz Cristina Baptista, “na minha sala ainda não foi trabalhada a Índia. Vou pedir a uma mãe que traga um objeto ou uma fotografia da Índia, vamos partilhar na sala, vamos aprender o que é significar essa imagem. E depois essa mala vai a outra sala. E a outra sala vai abrir a mala e descobrir o conteúdo. E isso é uma partilha entre as famílias e entre as salas”.

Uma permanente descoberta mútua. ■

⁽¹⁾[<http://venehat.blogspot.pt/2012/09/museu-de-arte-ecologica-das-pedras.html>]

Stress ocupacional, doenças profissionais e o papel das comissões de SST

Lígia Galvão
Dirigente do SPGL

Há muito que é reconhecido e confirmado pelos mais diversos estudos que a profissão docente acarreta elevado desgaste físico e psíquico. É das mais vulneráveis ao *stress* profissional e ao *burnout*, havendo mesmo autores que assinalam nos professores níveis de *stress* superiores aos de outras profissões, como a de controlador aéreo ou de cirurgião.

De um modo geral, é sabido que profissões que impliquem contacto estreito com pessoas, numa vertente de ajuda, seja ao nível do ensino, da saúde ou da segurança, são aquelas que mais pressões sociais sofrem, que mais exigência para os resultados geram e que mais ansiedade e exaustão provocam.

Neste contexto, seria de esperar que estivesse consagrada em lei a definição de doenças profissionais derivadas do exercício da profissão docente. Tal não acontece, embora haja diligências nesse sentido, nomeadamente por via de um inquérito internacional promovido pelo Réseau Éducation et Solidarité, cujos resultados e conclusões se destinam a ser apresentados em Bruxelas, com vista à identificação e reconhecimento oficial das doenças profissionais no setor da Educação.

No caso dos professores, exige-se hoje que alarguem a sua esfera de ação muito para além da sala de aula e da transmissão de conhecimento. Têm de assegurar a ligação da escola aos encarregados de

educação e à comunidade, desempenhar cargos de coordenação na escola, garantir acompanhamento de alunos problemáticos quer a nível de dificuldades de aprendizagem, providenciando-lhes apoios diversos extra aula, quer a nível disciplinar por intermédio de tutorias. Quando estas e tantas outras tarefas e responsabilidades que lhes são atribuídas se desenvolvem a par de horários sobrecarregados, de excesso de carga burocrática, de climas de escola em que as relações interpessoais substituíram a cooperação pela competição, de instabilidade gerada pelo risco de horário zero ou pela não renovação de contrato, é quase inevitável que os estados de ansiedade criados por estas condições de trabalho degenerem em perturbações da saúde física e psíquica que podem atingir o *burnout*.

Esta síndrome, detetada em mais de 30% dos professores portugueses, apresenta sintomas de grande exaustão física e emocional, despersonalização e baixa realização pessoal, que se refletem negativamente na saúde dos professores, no seu desempenho profissional e obviamente nas aprendizagens dos alunos, bem como nas suas relações com os pares, com os superiores e até com as famílias. As vítimas de *burnout* sentem-se incapazes de dar resposta satisfatória às exigências do seu trabalho, por falta de tempo e de forças, e tendem a cair em estados depressivos, de baixa autoestima, reagindo muitas vezes com atitudes de afastamento emocional dos alunos e dos colegas.

A Ordem dos Médicos publicou em maio de 2012, na sua revista Acta Mé-

dica Portuguesa, um artigo da autoria de Isabel Carmo David e Sónia Quintão baseado num estudo que efetuaram sobre uma amostra de 404 professores portugueses, do 1º CEB ao Superior, do ensino público e do particular, com idades entre os 23 e os 64 anos. Tendo em conta tanto fatores individuais de personalidade como fatores externos relacionados com a estrutura organizacional, referem que “a profissão docente é uma das mais expostas a ambientes conflituosos e de alta exigência de trabalho, pois sofre diferentes domínios de pressão que são originados pelos alunos (baixa motivação, comportamentos de indisciplina), pela natureza do trabalho realizado (pressões de tempo, excesso de tarefas a realizar, lidar com a mudança) e pelas relações estabelecidas com os colegas e a organização escolar (conflitos profissionais, baixo apoio social, avaliação por parte da Direção da escola e/ou do Ministério)”. Os resultados obtidos neste estudo permitiram concluir que os professores mais predispostos ao *burnout* são os do 2º, 3º ciclo e secundário, lecionando em escolas públicas, com maior carga horária e colocados a maior distância da residência.

Outro estudo de âmbito mais restrito (127 professores de uma só escola), publicado na Revista Portuguesa de Educação em 2006, da autoria de A. Rui Gomes, Mª João Silva, Salomé Mourisco, Susana Silva, Alfredo Mota e Nuno Montenegro, revela mais de 30% de casos de *stress* ocupacional, prevalência de 13% de esgotamento e problemas de saúde física mais acentuados nas mulheres que nos homens.

Ensino Artístico Especializado



Identifica as causas principais de *stress* (turmas grandes, alunos desmotivados e indisciplinados, falta de tempo, carga burocrática, falta de reconhecimento) e as consequências mais frequentemente detetadas (perturbações do sono e do apetite, extremo cansaço, enxaquecas, tremuras musculares e dores agudas). É neste quadro que 25% dos professores inquiridos expressaram a vontade de mudar de profissão se pudessem. Tendo em conta os prejuízos decorrentes desta situação, quer para professores, quer para alunos, quer para a própria organização, é feita a recomendação de desenvolver formas de apoio aos professores que se traduziriam em benefício para todos e que passariam por três linhas de ação (criação de sistemas de apoio entre pares, treino cognitivo e comportamental dirigido à gestão de *stress*, formação em métodos adaptados a alunos com diferentes capacidades e dificuldades de aprendizagem).

É neste contexto de condições de trabalho insatisfatórias de que resultam problemas tão graves, que o Estado patrão, nem que fosse apenas numa lógica de custo-benefício, deveria ter implementado a criação das comissões de saúde e segurança no trabalho (SST) a que a lei obriga e cuja ação na promoção da melhoria das condições de trabalho poderia evitar os custos resultantes do absentismo por doença, para além de proteger os professores e outros trabalhadores das escolas. Todas as escolas têm direito a eleger o(s) seu(s) representante(s) de SST, em número dependente dos trabalhadores representados, com direito a formação específica e a um crédito mensal de cinco horas para o exercício das suas funções que incluem reunir com a Direção para avaliação e monitorização de riscos de origem biológica, química, física e psicológica, propor medidas preventivas, elaborar relatórios de acidentes de trabalho e de baixas por doença, comunicar eventuais irregularidades à ACT. Num próximo Escola Informação se desenvolverá mais este tema, especificando procedimentos para a eleição, direitos e deveres dos representantes e das entidades empregadoras, competências atribuídas aos representantes e consequências a nível cível ou mesmo criminal para o empregador em caso de incumprimento do estipulado na lei.■

A semelhança do que aconteceu no ano letivo passado, este primeiro período para os docentes do Ensino Artístico foi dramático, tendo-se verificado inúmeras situações de salários em atraso, algumas desde setembro outras desde abril, com tudo o que esta situação acarreta em termos de desorganização na vida dos docentes e na desmotivação que se vai instalando na sua atividade profissional.

O financiamento previsto na portaria 224-A/2015, estabelecia como datas limites os dias 15 de outubro e 30 de novembro para as transferências dos primeiros 40% do financiamento total para o presente ano letivo; no entanto não chegou qualquer verba às escolas durante o primeiro período letivo.

Desde sempre a FENPROF esteve ao lado dos docentes nesta luta pelos seus direitos, exigindo respeito e soluções por parte da tutela. Neste sentido, em conjunto com o Movimento Reivindicativo pelo Ensino Artístico Especializado, reuniu com os Grupos Parlamentares e a Comissão de Educação da Assembleia da República.

Também na primeira reunião entre a FENPROF e a nova equipa do Ministério da Educação, esta situação foi desde logo abordada e, na sequência da mesma, o problema foi resolvido com a maior celeridade, o que contrasta com o arrastamento de meses provocado pelo

governo PSD-CDS, sobretudo nos últimos dois anos, tornando legítimo duvidar se o fez por mera incompetência ou de forma deliberada, destacando-se negativamente o papel da DGEstE, tanto neste ano letivo como no anterior.

Perante este quadro, a FENRPOF convocou uma greve dos docentes de Ensino Artístico Especializado para todo o mês de janeiro, por um lado, com o objetivo de protestar e tornar pública a situação inaceitável de não pagamento de salários aos docentes, mas também para permitir que os professores pudessem, nas situações que os próprios entendessem, não comparecer ao serviço sem que, contudo, lhes fosse injustificada a ausência.

Agora, e depois de resolvido mais este episódio revelador de um grande desrespeito por quem trabalha, a FENPROF pretende abrir um processo de discussão sobre o futuro do Ensino Artístico Especializado. É necessário rever o modelo e os procedimentos de financiamento em vigor, para que não voltem a surgir situações destas que põem em causa a vida de milhares de pessoas e uma resposta importante para muitos alunos e respetivas famílias.

Este assunto consta da agenda proposta pela FENPROF para a reunião já solicitada ao Secretário de Estado da Educação, da qual daremos informação logo que se realize.■

Novas regras para as reformas antecipadas?



Com o objetivo de resolver os problemas financeiros do sistema de Segurança Social (SS) têm vindo a ser introduzidas alterações nas regras do cálculo das pensões.

Em 2007, o Governo do PS criou o chamado fator de sustentabilidade com o objetivo de introduzir no cálculo das pensões a ponderação da evolução da esperança de vida, o qual estabelecia uma relação entre a esperança média de vida aos 65 anos de idade no ano de 2006 e a esperança média de vida aos 65 anos de idade no ano anterior ao do início da pensão.

Em 2013 – o Governo PSD/CDS-PP agravou ainda mais este regime, com a alteração do ano de referência para o respetivo cálculo de 2006 para 2000 e o aumento da idade legal de acesso à pensão de velhice, que deixou de ser uma idade fixa, para passar a variar anualmente em função da evolução da esperança média de vida.

Consequentemente, este novo regime, para além de ter aumentado a idade de reforma, penalizou ainda mais as pensões antecipadas. Segundo o Estudo nº 46/2015 - [A reforma antecipada na segurança social em 2016 e a "atualização" das pensões no próximo ano](#), 11 de dezembro de 2015 - do Dr. Eugénio Rosa, o valor do corte da pensão poderá atingir 67%!

“Um exemplo imaginado para tornar clara a diferença. Suponha-se um trabalhador que no dia em que fez 55 anos de idade tinha 36 anos de descontos para a Segurança Social. A reforma antecipada na Segurança Social com 55 anos será possível em 2016, mas a penalização é maior que antes de 2012. Se pedir a reforma em 2016, pela lei que vigorou até 2012, ele descontava na idade de acesso normal à reforma

dois anos, ficando 64 anos e 2 meses, e era penalizado pelos anos e meses que tivesse a menos em relação aos 64 anos que, no nosso exemplo, seria 55% (em 2016, a idade de reforma é 66 anos e 2 meses=> 9 anos x 6% = 54% + 1% pelos 2 meses); segundo a lei que vigorará em 2016, como ele não tem mais de 40 anos de descontos, logo não tem direito a qualquer bonificação, por isso a penalização por idade a menos será 67% (11 anos e 2 meses), portanto um corte na sua pensão de 67%.

Na Função Pública, no âmbito da aposentação antecipada, embora os trabalhadores possam pedir a aposentação se, aos 55 anos, tiverem 30 anos de contribuições para a CGA, os trabalhadores com carreiras longas não têm direito a qualquer bonificação como acontece na Segurança Social...”

A CGTP-IN criticou e rejeitou desde o início a criação do fator de sustentabilidade, na medida em que determina uma redução muito significativa no valor de todas as pensões e contribuirá para substituir o atual sistema público, universal, e solidário por um modelo assistencialista. O direito à segurança social não constitui uma dádiva do Estado. No sistema previdencial as prestações são a contrapartida de contribuições, não constituindo despesa financiada pelos impostos assenta na relação entre as contribuições pagas para a SS pelos trabalhadores e pelas empresas (por isso a oposição à redução da TSU).

O aumento da esperança de vida, uma conquista civilizacional, não pode ser argumento para aumentar a idade da reforma.

(<http://www.eugeniorosa.com/Sites/eugeniorosa.com/Documentos/2015/46-2015-reformaAntecipada.pdf>)

Reivindicamos:

- A título de regime transitório e de imediato, sem qualquer penalização, a aposentação voluntária de todos os docentes que já atingiram os 40 anos de serviço e de descontos;
- O início de negociações com vista a criar um regime de aposentação dos professores e educadores aos 36 anos de serviço e descontos, sem qualquer outro requisito;
- Enquanto vigorar o regime transitório, a possibilidade de aposentação antecipada dos docentes sem qualquer outra penalização que não seja a que decorra do tempo de serviço efetivamente prestado, com os indispensáveis descontos realizados;
- A alteração do artigo 37.º-A, do Estatuto da Aposentação, Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro, de forma a ser possível a aposentação antecipada dos docentes a partir do momento em que completem 30 anos de serviço independentemente da idade.
- A revisão do atual regime de aposentação antecipada que penaliza fortemente o cálculo do valor da pensão.
- A revogação do fator de sustentabilidade e da integração da idade no cálculo das pensões.

DEPARTAMENTO DE PROFESSORES E EDUCADORES APOSENTADOS



Colega recém aposentado

Já contactou o Sindicato para regularizar a sua situação de sócio?

Lembramos que

Ao atingir a aposentação a quota sindical beneficia de uma redução de 50%, isto é, passa de 0,8% a 0,4% sobre o valor ilíquido da pensão. Assim, comunique a nova situação ao Sindicato para que sejam tomadas as medidas necessárias para a alteração do valor da quota. Deve optar por pertencer à região da sua última escola ou à região da sua morada. Esta opção é fundamental para participar nas ações promovidas pelo sindicato nomeadamente nas votações.

Não esqueça

Aposentação não significa o fim dos nossos direitos e deveres de cidadania. Mantendo o vínculo com o Sindicato, não só continua a ter um espaço coletivo para lutar na defesa dos seus direitos como continuará a usufruir dos direitos e regalias de qualquer associado. Continuará também a exercer um dever de cidadania contribuindo para

o fortalecimento do nosso sindicato e da FENPROF e a ser solidário com a luta dos Educadores e Professores em defesa dos seus direitos profissionais e sociais e em defesa de uma Escola Pública de Qualidade, Democrática, Gratuita e Inclusiva.

O SPGL/FENPROF defende os interesses de todos os docentes, quer estejam no ativo quer estejam na situação de aposentados.

O Departamento de Professores e Educadores Aposentados tem competências no âmbito da dinamização e organização dos docentes aposentados no sentido:

- da defesa dos interesses específicos destes docentes;
- do alargamento dos apoios sociais e sindicais à sua situação;
- da apresentação de propostas para a definição e concretização da orientação para a ação reivindicativa e negocial do SPGL, FENPROF e outras organizações sindicais como a CGTP e FCSAP;
- na organização de atividades socio-culturais que mobilizem estes docentes para o preenchimento das suas necessidades de formação e de lazer.

Mantenha-se sindicalizado!

12º Congresso Nacional da FENPROF

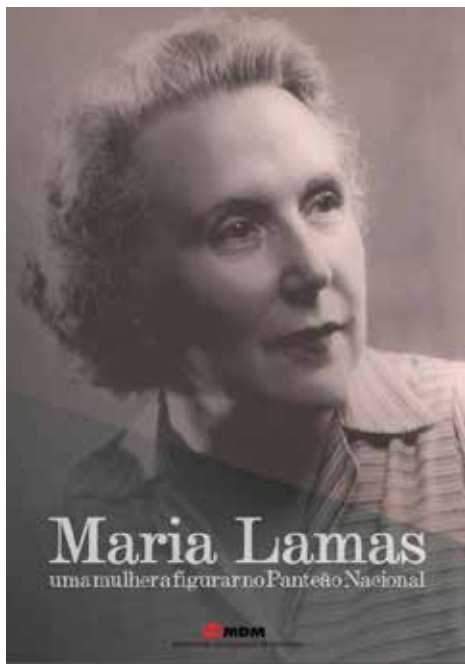
Eleição dos Delegados do Departamento de Professores e Educadores Aposentados do SPGL

Nos dias 29 e 30 de abril realiza-se o **12º Congresso Nacional dos professores da FENPROF**. Os docentes aposentados do SPGL serão representados por 24 delegados que serão eleitos nas diversas Direções Regionais – 16 por Lisboa, 2 pelo Oeste, 2 por Santarém e 4 por Setúbal.

Esta eleição será feita por votação direta em urna no dia 5 de abril. Poderão votar todos os sócios aposentados que respeitem as respetivas condições estatutárias e que nesses termos integrem o respetivo Departamento à data de 26 de fevereiro.

Assim, os sócios aposentados devem verificar junto do SPGL qual a sua situação e optar pela Direção Regional mais conveniente – a da sua última escola ou da sua morada atual. Contacto: spgl@spgl.pt ou Tel. 213 819 100.

2º Congresso Maria Lamas



Atualizar o pensamento. Abalar a indiferença

“Sem conhecer e compreender as ideias e imagens em que se inscreveu a consciência moderna ou a do passado, não se pode compreender o nosso próprio tempo”. Uma frase do livro de Maria Lamas “O Mundo dos Deuses e Heróis”, que, inscrevendo-se embora num quadro de Mitologia, se pode justamente aplicar à necessidade de preservar e revitalizar memórias, para melhor entender o presente e construir futuros.

Este foi, em grande medida, o conteúdo e mérito do 2º Congresso Maria Lamas, realizado em Almada em 12 de dezembro de 2015, sob o significativo lema: “Atualizar o pensamento. Abalar a indiferença”. Promovido pelo Movimento Democrático de Mulheres (MDM), com o apoio da Câmara Municipal de Almada e da União de Freguesias da Trafaria e Caparica, o Congresso - que aprovou uma Declaração ⁽¹⁾ - desenvolveu-se ao longo do dia, com uma diversificada e rica plêiade de intervenções.

Lígia Calapez
Jornalista

Antes do 25 de abril a situação de qualquer mulher era – por lei – de submissão ao homem, o chefe de família. Nos anos 50, a administração dos bens pertencia sempre ao marido, viagens para fora do país careciam de autorização marital. Uma enfermeira não se podia casar. Os salários eram sempre muito abaixo dos dos homens. A falta de cuidados básicos de saúde resultava em frequentes mortes por parto e uma grande mortalidade infantil – ter filhos e “anjinhos” era coisa normal. A violência doméstica era aceite como natural. As desigualdades ainda se mantêm, impõe-se mudar mentalidades, mas muito caminho já foi percorrido. E nunca é demais lembrar um passado hoje impensável. Lembrar o muito que se conseguiu. Numa luta em que Maria Lamas – como muita justamente foi lembrado no Congresso de Almada – empenhou grande parte da sua vida.

Pelos direitos das mulheres ...

“Escritora, jornalista e conferencista, Maria Conceição Vassalo e Silva (Maria Lamas) nasce em Torres Novas, em 6 de outubro de 1893 e morre aos 90 anos no

dia 6 de dezembro de 1983”, refere-se em documento do MDM sobre a vida e obra de Maria Lamas. Uma vida em grande medida dedicada aos direitos das mulheres e à paz.

A sua obra de maior envergadura jornalística, “As Mulheres do meu País”, publicada em fascículos (para fugir à censura), entre maio de 1948 e maio de 1950, é um contributo relevante para o conhecimento da realidade viva da mulher em Portugal. A que outros virão somar-se.

Como jornalista do diário O Século organiza, em 1930, a Exposição da obra feminina antiga e moderna, que envolve obras de caráter literário, artístico e científico e, significativamente, inclui também uma exposição de tapetes feitos pelas presas da cadeia das Mónicas.

Integra, em 1945, o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas. Em 1946 participa no Congresso fundador da Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM). É uma das fundadoras do MDM.

A forma como aborda problemática da situação da mulher é claramente enunciada na sua obra “A Mulher no Mundo”. “Não dou à mulher, sistematicamente, categoria de vítima ou de heroína: limito-me a apresentá-la tal como ela tem vivido”, diz no prefácio

do Vol.I. E sublinha, nas páginas desse mesmo volume, “A condição da mulher está de tal forma ligada aos problemas fundamentais da humanidade que não será possível separá-los”.

... E pela paz

Em 5 de junho de 1950, Maria Lamas subscreve o documento fundador da Comissão Nacional para a Defesa da Paz. Em dezembro de 1952, participa no Congresso dos Povos para a Paz. Em 1953 é eleita membro do Conselho Mundial da Paz. Estes alguns dos momentos marcantes do seu envolvimento nesta luta.

Da sua posição em relação à paz fala este pequeno extrato do documento, que subscreveu, “Duas Conferências em Defesa da Paz”. Foi em 1950, mas mantém plena atualidade: “Só a renúncia categórica ao emprego da violência pode libertar as nações do medo e da desconfiança mútua, levando-as a uma cooperação pacífica e leal! (...) Se todos nós, homens e mulheres soubermos querer, a PAZ será a mais bela conquista deste século, porque a batalha da Paz é a batalha da Vida.” ■

(1) <http://www.mdm.org.pt/wp/wp-content/uploads/Declaração-Congresso-Maria-Lamas.-Vida-e-a-Obra.-Atualizar-o-Pensamento.-Abalar-a-indiferença.pdf>

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos
SÓCIOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
•Tel: 213819100
•Fax: 213819199
•spgl@spgl.pt
•Direção: spgl@spgl.pt
•www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios
•TEL: 21 381 9192
•apoiosocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso
•TEL: 21 381 9127
•contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos
•TEL: 21 381 9109
•servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)
•TEL: 21 381 9100
•servicos@spgl.pt

Centro de Documentação
•TEL: 21 381 9119
•fenprof@fenprof.pt

Direção Regional de Lisboa
Rua Fialho de Almeida, 3 - 3º
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100 Fax: 213819199
drlisboa@spgl.pt

Direção Regional do Oeste
•Caldas da Rainha
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B 2500-
329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240 E-Mail:
caldasrainha@spgl.pt
•Torres Vedras
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906 E-Mail:
torresvedras@spgl.pt

Direção Regional de Santarém

•Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S. Domingos, 3º B
2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
abrantes@spgl.pt
•Santarém
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq. 2000-
232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 243333627
santarem@spgl.pt
•Tomar
Av. Ângela Tamagnini, nº 28 r/c Esq.
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656 E-Mail:
tomar@spgl.pt
•Torres Novas
R. Padre Diamantino Martins,
lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290 E-Mail:
torresnovas@spgl.pt

Direção Regional de Setúbal

•Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º 2900-218
Setúbal
Tel: 265228778 Fax: 265525935 E-Mail:
setubal@spgl.pt
•Barreiro
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c 2830-336
Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368 E-Mail:
barreiro@spgl.pt
•Almada
R. D. Álvaro Abranches da Câmara, nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865 E-Mail:
almada@spgl.pt

Regulamento Jornadas Pedagógicas

1. As Jornadas destinam-se a:

1º - Sócios do SPGL e de outros Sindicatos membros da FENPROF e professores/educadores que, entretanto, procedam à sua sindicalização.

2º - Professores/Educadores não sócios.

2. Cada participante paga de inscrição, por Jornada, a seguinte quantia:

- 3,50€ sócios e os professores/educadores que, entretanto, procedam à sua sindicalização.

- 26,00€ não sócios.

3. O pagamento da inscrição destina-se a custear parte das despesas de organização.

4. No caso de não ter vaga em alguma das Jornadas pretendidas, o professor/educador será informado por escrito e ser-lhe-á devolvida a importância paga no ato da inscrição.

5. Não haverá lugar à devolução do pagamento da inscrição por motivo de desistência.

6. Custos adicionais (transporte, refeições, estadia, materiais, etc.) serão acrescidos ao custo da inscrição na Jornada.

7. No que se refere às Jornadas que impliquem custos acrescidos, estes serão devolvidos desde que o sócio comunique a sua desistência, sempre devidamente justificada, com pelo menos 15 dias de antecedência e haja outro sócio em lista de espera que o possa substituir.

8. O SPGL não se responsabiliza por qualquer acidente que possa ocorrer.

9. Em todas as Jornadas, serão entregues aos participantes uma ficha de presença, um certificado de frequência/participação e um inquérito de avaliação que deverá ser devolvido no final de cada Jornada.

10. Poderão ainda participar, nas visitas, familiares ou outros acompanhantes dos sócios, nas mesmas condições destes. Estas inscrições ficam condicionadas à existência de vagas.

11. Os interessados devem inscrever-se na Sede do Sindicato ou preencher uma ficha de inscrição e enviá-la, junto com o respetivo pagamento, até 15 dias antes da Jornada, para:

Sindicato dos Professores da Grande Lisboa

Rua Fialho de Almeida, N° 3 – 1070-128 Lisboa

- E-mail: drlisboa@spgl.pt

- Fax: 213819197

Podem ser obtidas informações pelo telefone: 213819177 ou utilizando para esse efeito o e-mail: drlisboa@spgl.pt

Nota: informações mais detalhadas em

<http://www.spgl.pt> - **Jornadas Pedagógicas**

Ficha de inscrição Jornadas Pedagógicas 2016

Nº de entrada _____ Sindicato _____ Sócio nº _____ Não sócio Familiar/acompanhante

Nome _____

Morada _____

Localidade _____ CP _____ - _____

Tel: _____ Tm: _____ E-mail _____

Escola _____

Situação Profissional: Quadro/efetivo Contratado Aposentado Grau de ensino: _____ Particular Público

Ações/Visitas em que pretende participar (assinalar o nº da ação/visita):

nº nº nº nº nº nº nº

Inscrição por cada Jornada: Sócios do SPGL ou de outros Sindicatos da FENPROF - 3,50€; Não Sócios - 26€.

PAGAMENTO:

Transf Bancária [NIB: 0036 0103 99100005430 42 (Montepio Geral) - enviar comprovativo transf. bancária juntamente com ficha de inscrição]

Cheque Cheque nº _____ Banco _____

Numerário

Vale Postal

Valor _____ € [por extenso] (_____)

NOTA: Indicar o seu NIB para eventual devolução, caso a(s) inscrição(ões) não seja(m) aceite(s).

NIB:

Enviar, juntamente com o comprovativo de pagamento, para: Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Rua Fialho de Almeida, 3 - 1070-128 Lisboa . E-mail: drlisboa@spgl.pt. Fax: 213819197

JORNADAS PEDAGÓGICAS 2016

DIREÇÃO REGIONAL DE LISBOA



ACÇÕES DE FORMAÇÃO

Nº	Ação	Dinamizador	Público Alvo	Dia	Hora	Local	Nº Part.
1	Oficina de Cerâmica no Atelier do Ceramista (*) (a)	António Vasconcelos Lapa www.avlapa.com	Todos	19 de fevereiro e 11 de março (6ª feira)	14h00 às 18h00	Atelier (R. Coelho da Rocha, 69 Pavilhão 13 – Campo de Ourique)	10
2	Diálogos e Reflexões na Educação Pré-escolar	Luisa Homem António Quitério Cremilde Canoa	Pré-Escolar	28 de janeiro (5ª feira)	10h00 às 17h00	Sede do SPGL	25
3	A descoberta da Leitura nas entrelinhas, nas imagens e nos livros	Mafalda Milhões	Pré-Escolar e 1º Ciclo	2 de fevereiro (3ª feira)	10h00 às 17h00	Sede do SPGL	25
4	Parangolé – Arte em Movimento (*) (b)	Marcos Pinheiro	Todos	16 e 23 de fevereiro (3ª feira)	16h00 às 19h00	Sede do SPGL	25
5	Jogo, atividade física e sucesso escolar	Carlos Neto	Todos	01 de março (3ª feira)	10h00 às 17h00	Sede do SPGL	25
6	Origamis – dobragem em papel (*)	Ilda Rafael	Todos	03 e 10 de março (5ª feira)	16h00 às 19h00	Sede do SPGL	25
7	Oficina - Gamificação e Utilização de ferramentas colaborativas na web (*) (c)	Carlos Pinheiro	Todos	05 e 12 de abril (3ª feira)	16h00 às 19h00	Sede do SPGL	25
8	Creche: Representações, políticas e práticas	Catarina Tomás	Pré-Escolar	06 de abril (4ª feira)	10h00 às 17h00	Sede do SPGL	25
9	Alimentação e estilos de vida saudável no local de trabalho	Silva Santos	Todos	14 de abril (5ª feira)	10h00 às 17h00	Sede do SPGL	25

(*) nas ações desdobradas em 2 dias o certificado de participação será entregue no 2º dia.

(a) ao preço da inscrição **acresce 10€** para materiais

(b) necessário trazer para a ação: lençóis velhos ou panos grandes; jornais e algum material de reciclagem - tintas e pincéis são fornecidos pelo SPGL

(c) para esta oficina os formandos devem fazer-se acompanhar de um dispositivo móvel de acesso à internet – wireless: tablet ou um portátil (e smartphone facultativo)

VISITAS

Nº	Visita	Dinamizador	Público Alvo	Dia	Hora	Local de encontro	Nº Part.
10	Museu da Farmácia	Técnico do Museu	Todos	30 de janeiro (sábado)	10h15 às 12h30	Porta do Museu da Farmácia	25
11	Parque dos Poetas e exposição "A Viagem de Darwin no Templo da Poesia" (1)	Técnico do Museu	Todos	05 de março (sábado)	10h00 às 17h00	Entrada principal do Parque dos Poetas	40
12	Encostas de Palmela e o Teatro "O Bando" (2)	José Veloso	Todos	09 de abril (sábado)	14h00 às 23h30	Entrada principal do Jardim Zoológico	40
13	Da Graça à Mouraria: um percurso por lugares de Mouros, Cristãos e Tradições Urbanas (3)	Inez Marques	Todos	16 de abril (sábado)	10h00 às 17h00	Miradouro da Graça	30
14	Torre do Tombo	Técnico da Torre do Tombo	Todos	05 de maio (5ª feira)	14h45 às 17h00	Porta da Torre do Tombo	25
15	À descoberta no concelho da Vidigueira... (4)	Técnico dos Museus e Adegas	Todos	14 de maio (sábado)	07h15 às 21h30	Entrada principal do Jardim Zoológico	40
16	Rota dos Avieiros – viagem em comboio regional e passeio de barco (5)	Parceiro da CP - OLLEM	Todos	28 de maio (sábado)	09h30 às 17h05	Estação de comboios do Oriente - 1º andar - gabinete apoio ao cliente	40

(1) ao preço da inscrição **acresce 3,00€** (entrada). Almoço livre

(2) ao preço da inscrição **acresce 21,00€** (transporte, jantar e teatro) - integra percurso pedestre deve trazer calçado adequado

(3) ao preço da inscrição **acresce 2,50€** (audioguias). Almoço livre

(4) ao preço da inscrição **acresce 30,00€** (transporte, entradas, almoço e prova de vinhos)

(5) ao preço da inscrição **acresce 15,00€** (transporte e visita). Almoço facultativo 17,50€ a pagar no dia, ou pic nic do próprio, inscrição até dia 21 de Maio (5 dias antes da visita) para 213819177 ou drlisboa@spgl.pt

Legislação

DR - I Série

• **Resolução da Assembleia da República n.º 141/2015 de 17/12**
Recomenda a divulgação e o estudo da Constituição da República Portuguesa na escolaridade obrigatória

• **Resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2015 de 30/12**

Delega no Ministro da Educação a competência para a prática de todos os atos a realizar no âmbito dos contratos de patrocínio para os anos letivos de 2015-2016, 2016-2017 e 2017-2018

• **Decreto-Lei n.º 252/2015 de 30/12**

Procede à prorrogação do mecanismo extraordinário de correção cambial das remunerações e abonos dos trabalhadores das diferentes carreiras do Ministério dos Negócios Estrangeiros em funções nos serviços periféricos externos e à inclusão do pessoal dos centros culturais do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.

• **Decreto-Lei n.º 253/2015 de 30/12**

Estabelece o regime de execução orçamental duodecimal entre 1 de janeiro de 2016 e a entrada em vigor da Lei do Orçamento de Estado para 2016

• **Lei n.º 159-A/2015 de 30/12**

Extinção da redução remuneratória na Administração Pública

• **Lei n.º 159-B/2015 de 30/12**

Extinção da contribuição extraordinária de solidariedade

• **Lei n.º 159-D/2015 de 30/12**

Extinção da sobretaxa do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares

• **Decreto-Lei n.º 2/2016 de 06/01**

Altera a percentagem da majoração do montante do abono de família a atribuir a crianças e jovens inseridos em agregados familiares monoparentais

• **Resolução do Conselho de Ministros n.º 2-A/2016 de 21/01**

Autoriza a realização da despesa relativa aos apoios decorrentes da celebração de contratos-programa no âmbito do Ensino Profissional para o ciclo de formação 2015/2018

II Série

• **Despacho n.º 352-A/2016 de 08/01**

Aprova as tabelas de retenção da sobretaxa de IRS

Programação



14 de janeiro

18H00 Abertura de **Exposição de Desenho/Pintura "O Professor Artista"** (coletiva de docentes sócios do SPGL). Até 4 de fevereiro.

28 de janeiro

O meu livro quer outro livro

15H30 Apresentação do livro **"Silêncio"** (banda desenhada, de Didier Comès) por Ana Capa

16H30 Apresentação do livro **"Interdição e Restrição no Amor – Enredos Amorosos do Século XIX"**, pelo professor Carlos J. F. Jorge
Troca de livros e convívio.

11 de fevereiro

O meu livro quer outro livro

15H30 **"A Poesia de Manuela Amara"** por Maria João Vale.

Troca de livros e convívio.

12 de fevereiro

18H00 Abertura da **Exposição de Escultura de Jorge Pé-Curto**. Até 4 de março

25 de fevereiro

O meu livro quer outro livro

15H30 **"A Poesia de Castro Alves"**, por Virgínia Rodrigues

Troca de livros e convívio.

18H00 Apresentação do livro **"Do Outro Lado do Rio há uma Margem"**, de Pedro Sá

8 de março

18H00 Inauguração da **Exposição sobre a vida, a obra e a intervenção cívica e política de Maria Lamas**. Até 6 de abril.

10 de março

O meu livro quer outro livro

15H30 Apresentação do livro **"As Mulheres do Meu País"**, de Maria Lamas, por Leonoreta Leitão

Troca de livros e convívio.



SEDE DO SPGL Rua Fialho de Almeida, nº 3, Lisboa



SPGL

SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA

A não perder:

12 de fevereiro

Esculturas de Jorge Pé Curto

Figura de relevo no mundo da escultura, o professor Jorge Pé Curto inaugura no dia 12 de fevereiro, pelas 18 horas, uma exposição de peças suas no espaço António Borges Coelho (Espaço ABC). Compareça

Modalidades de horário: meia jornada

O artigo 111º, da Lei Geral em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho estabelece as modalidades de horário de trabalho que os órgãos ou serviços da Administração Pública podem adotar. Na primeira redação do referido preceito legal encontravam-se taxativamente elencadas as seguintes das referidas modalidades: horário flexível, horário rígido, horário desfasado, jornada contínua e trabalho por turnos.

Já posteriormente, através da Lei nº 84/2015, de 7 de agosto, foi introduzida, no referido elenco, mais uma modalidade de horário a qual, pela sua natureza (meia jornada), se revelou de especial interesse para o pessoal docente, a quem se aplica. O regime jurídico desta nova modalidade de horário encontra-se contido no artigo 114ºA da mesma Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, na sua nova redação. De acordo com este normativo, a meia jornada "... consiste na prestação de trabalho num período reduzido em **metade** do período normal de trabalho a tempo completo (...) **sem prejuízo da contagem integral do tempo de serviço para efeitos de antiguidade**".

Para poderem beneficiar desta modalidade de horário, os trabalhadores têm que preencher um dos seguintes requisitos:

- Terem 55 anos de idade ou mais à data em que requererem a sua aplicação e terem netos com idade inferior a 12 anos;
- Terem filhos menores de 12 anos ou independentemente da idade, possuírem deficiência ou doença crónica.

Ainda de acordo com o mesmo regime, esta modalidade de horário não pode ter uma **duração inferior a um ano** sendo que a sua aplicação fica dependente de **requerimento escrito do trabalhador interessado**.

Tal requerimento deve ser dirigido ao superior hierárquico do trabalhador que, no caso do pessoal docente, é o diretor do agrupamento de escolas ou de escola não agrupada. No caso de tal pretensão do trabalhador ser indeferida, cabe ao referido superior hierárquico, em cumprimento de dever de fundamentação dos atos administrativos (artigo 152º do Código de Procedimento Administrativo – CPA) dar a conhecer, por escrito, as razões de facto e de direito que estão subjacentes a tal recusa. No caso de se apurar que a fundamentação utilizada não é consistente, poderá o trabalhador proceder à respetiva impugnação administrativa e/ou judicial. Para o efeito, deverá o trabalhador dirigir-se, de imediato, ao Serviço de Apoio a Sócios do respetivo sindicato com vista a eventual marcação de consulta jurídica (há que ter em conta que o prazo para apresentação de impugnação hierárquica é de 30 dias úteis e o prazo para a impugnação judicial é de 3 meses). Embora, como se viu, a aplicação desta modalidade de horário de trabalho não acarrete qualquer prejuízo para efeitos de contagem de tempo de serviço para antiguidade, o mesmo não sucede a nível remuneratório já que os trabalhadores que dela beneficiem apenas têm direito a uma remuneração correspondente a 60% do montante total da auferida em regime de horário completo. ■



Campanha Nacional

1.º CEB: Caminhos Para a Sua Valorização

fevereiro 2016

- Condições de ensino e aprendizagem • **Carga horária dos alunos** • Gestão dos agrupamentos e o 1.º CEB • Horários de trabalho • **Atividades de enriquecimento curricular** • Higiene, segurança e saúde • Dimensão das turmas
- **Integração de alunos com NEE** • Escola a tempo inteiro • Regime de docência



Federação Nacional dos Professores
www.fenprof.pt

